

Fiecc

REVISTA DA

Publicação do Sistema
Federação das Indústrias
do Estado do Ceará
Ano VIII • N. 89 • Janeiro 2015



REFORMA POLÍTICA
A UNANIMIDADE
SEM CONSENSO

EXPORTAÇÃO
CEARENSES DESBRAVAM
NOVOS MERCADOS

AGENDA DA INDÚSTRIA
ESTRATÉGIAS PARA O
DESENVOLVIMENTO



ENTREVISTA COM
O GOVERNADOR DO CEARÁ

**Camilo nega
defesa da
CPMF, revela
preocupação
com a seca, mas
se diz otimista
com o futuro.**

O IEL TEM AS SOLUÇÕES PARA A SUA EMPRESA ASSUMIR O PAPEL DE PROTAGONISTA DA GESTÃO DA INOVAÇÃO.

O Instituto Euvaldo Lodi - IEL aposta nos novos talentos e acredita que futuros líderes se constroem com incentivo e oportunidade.

Além disso, capacita os líderes de hoje para vencer desafios e alcançar os melhores resultados, contribuindo para uma indústria mais inovadora e competitiva.



**CONHECIMENTO
PARA A
COMPETITIVIDADE
EMPRESARIAL.**



85 4009.6300



centralderelacionamento@sfiec.org.br



www.iel-ce.org.br



/ielceara



/ielceara

NÚCLEO DE CONTROLE E QUALIDADE.



**EFICIÊNCIA
E TECNOLOGIA
24 HORAS
A SEU SERVIÇO.**



advance

ANS nº 36.925-3

No Hapvida, a eficiência do seu atendimento vem em primeiro lugar. E o Núcleo de Controle e Qualidade é exemplo disso. Com ele, sempre que o cliente Hapvida utilizar a biometria, um processo de monitoramento começa, acompanhando, em tempo real, a espera do paciente, além de autorizar procedimentos, acessar o prontuário on-line e muito mais. É assim que o Hapvida leva mais qualidade de vida ao seu alcance.

HAPVIDA EM NÚMEROS:

- Mais de 3 milhões de clientes em todo o Brasil,
- 21 hospitais próprios
- 13 prontos atendimentos
- 70 Hapclínicas
- 104 centros de diagnóstico por imagem e laboratórios
- 15 mil colaboradores.

 /hapvidasaude  /hapvida.saude | www.hapvida.com.br


Hapvida
Saúde
Saúde ao seu alcance.



Domenico

va e viene
por Domenico

ALFAIATARIA | PRÊT-À-PORTER | ALUGUEL

Av. Barão de Studart, 1334 – Aldeota – (85) 3261.2122

SEU ESPAÇO NO MEIRELES!



ESPAÇO
MEIRELES

Av. Senador Virgílio Távora, 303 – Meireles
Tel. (85) 4141.5620 | Fortaleza – CE
www.espacomeireles.com.br



Federação das Indústrias do Estado do Ceará

Diretoria

PRESIDENTE Jorge Alberto Vieira Studart – Beto Studart

1º VICE-PRESIDENTE Alexandre Pereira Silva

VICE-PRESIDENTE Hélio Perdigão Vasconcelos,

Roberto Sérgio Oliveira Ferreira, Carlos Roberto Carvalho Fujita

DIRETOR ADMINISTRATIVO José Ricardo Montenegro Cavalcante

DIRETOR ADMINISTRATIVO ADJUNTO Marcus Venicius Rocha Silva

DIRETOR FINANCEIRO Edgar Gadelha Pereira Filho

DIRETOR FINANCEIRO ADJUNTO Ricard Pereira Silveira

DIRETORES José Agostinho Carneiro de Alcântara, Roseane Oliveira de Medeiros, Carlos Rubens Araújo Alencar, Marcos Antonio Ferreira Soares, Elias de Souza Carmo, Marcos Augusto Nogueira de Albuquerque, Jaime Belicanta, José Alberto Costa Bessa Júnior, Verônica Maria Rocha Perdigão, Francisco Eulálio Santiago Costa, Luiz Francisco Juacaba Esteves, Francisco José Lima Matos, Geraldo Bastos Osterno Junior, Lauro Martins de Oliveira Filho, Luiz Eugênio Lopes Pontes, Francisco Demontê Mendes Aragão.

CONSELHO FISCAL TITULARES Marcos Silva Montenegro, Germano Maia Pinto, Vanildo Lima Marcelo.

SUPLENTE Aluísio da Silva Ramalho, Adriano Monteiro Costa Lima, Marcos Veríssimo de Oliveira.

DELEGADOS DA CNI TITULARES Alexandre Pereira Silva, Fernando Cirino Gurgel.

SUPLENTE Jorge Parente Frota Júnior, Jorge Alberto Vieira Studart – Beto Studart.

SUPERINTENDENTE GERAL DO SISTEMA FIEC Fátima Santana.

Serviço Social da Indústria – SESI / Conselho regional

PRESIDENTE Jorge Alberto Vieira Studart – Beto Studart

SUPERINTENDENTE REGIONAL Cesar Augusto Ribeiro

DELEGADOS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS EFETIVOS Cláudio Sídrim Targino,

Marcos Silva Montenegro, Ricardo Pereira Sales, Carlos Roberto Carvalho Fujita

SUPLENTE Abdias Veras Neto, José Agostinho Carneiro de Alcântara,

Luiz Francisco Juacaba Esteves, Paula Andréa Cavalcante da Frota.

REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO EFETIVO

Francisco José Pontes Ibiapina **SUPLENTE** Francisco Wellington da Silva

REPRESENTANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Denilson Albano Portácio **SUPLENTE** Paulo Venício Braga de Paula

REPRESENTANTES DA CATEGORIA ECONÔMICA DA PESCA NO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Francisco Ozinã Lima Costa **SUPLENTE** Eduardo Camarço Filho

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA NO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Francisco Antônio Martins dos Santos **SUPLENTE** Raimundo Lopes Júnior

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI / Conselho regional

PRESIDENTE Jorge Alberto Vieira Studart – Beto Studart

DIRETOR DO DEPARTAMENTO REGIONAL Paulo André de Castro Holanda

DELEGADOS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS EFETIVOS Marcus Venicius Rocha Silva, Aluísio da Silva

Ramalho, Ricard Pereira Silveira, Edgar Gadelha Pereira Filho

SUPLENTE Marcos Antônio Ferreira Soares, Paulo Alexandre de Sousa,

Francisco Lélio Matias Pereira, Marcos Augusto Nogueira de Albuquerque.

REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SUPLENTE Samuel Brasileiro Filho

REPRESENTANTES DA CATEGORIA ECONÔMICA DA PESCA DO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Elisa Maria Gradwohl Bezerra **SUPLENTE** Eduardo Camarço Filho

REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO EFETIVO

Francisco Enio Oliveira Alencar **SUPLENTE** Francisco José Pontes Ibiapina

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Carlos Alberto Lindolfo de Lima **SUPLENTE** Francisco Alexandre Rodrigues Barreto

Instituto Euvaldo Lodi – IEL

DIRETOR-PRESIDENTE Jorge Alberto Vieira Studart – Beto Studart

SUPERINTENDENTE Francisco Ricardo Beltrão Sabadia

Instituto FIEC de Responsabilidade Social – FIRESO

PRESIDENTE Jorge Alberto Vieira Studart – Beto Studart

VICE-PRESIDENTE Wânia Cysne de Medeiros Dummar

Revista da FIEC

COORDENAÇÃO

Ana Maria Xavier | anamariaxavier@sfiec.org.br

EDIÇÃO

Luiz Henrique Campos | lhcampos@sfiec.org.br

REDAÇÃO

Ana Paula Dantas | apdantas@sfiec.org.br

Ana Paola Vasconcelos | apvasconcelos@sfiec.org.br

Camila Gadelha | cfgadelha@sfiec.org.br

Gevan Oliveira | gdooliveira@sfiec.org.br

Marcellus Rocha | mrlima@sfiec.org.br

COLABORAÇÃO

Lucintha Gomes | lucintha@gmail.com

FOTOGRAFIA

Giovanni Santos | gsantos@sfiec.org.br

José Rodrigues Sobrinho | jrsobrinho@sfiec.org.br

Jarbas Oliveira | jarbasoliveira@uol.com.br

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Vibri Design & Branding | www.vibri.com.br

ILUSTRAÇÕES

Edson Jr. | edsonjr@vibri.com.br

Romualdo Faura | info@romualdofaura.com

ENDEREÇO | REDAÇÃO

Av. Barão de Studart, 1980 – 4º andar

Fortaleza-CE / CEP: 60.120-024

CONTATO

(85) 3421.5434/ 3421.5435

E-mail: gecom@sfiec.org.br

Revista da FIEC é uma publicação mensal editada pela Gerência de Comunicações (Gecom) do Sistema FIEC

TIRAGEM

5.000 exemplares

IMPRESSÃO

Tipogresso

GERENTE DE COMUNICAÇÕES

Ana Maria Xavier

PUBLICIDADE

(85) 34214203

E-mail: gecom@sfiec.org.br

Revista da FIEC – Ano 8. nº 89 (Janeiro de 2015)

- Fortaleza: Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 2015 -
v.: 21,5 cm
Mensal
ISSN 1983-344X

1. Indústria. 2. Periódico. I. Federação das Indústrias do Estado do Ceará. Gerência de Comunicações

CDU: 67 (051)

Ao leitor

A Revista da FIEC inicia em 2015 de cara nova. Com concepção visual moderna e inovadora, permitindo maior interação entre imagens e elementos tipográficos, aliada à colunagem dinâmica, a publicação chega ao leitor oferecendo desenho gráfico atraente e homogêneo. A disposição gráfica apresentada tem como pressuposto a utilização de contrastes altos, com bastantes espaços em branco e linhas que remetem a marca do Sistema FIEC, atraindo pela leveza e o ritmo de leitura.

Essa mancha gráfica, pensada especialmente para a concepção de publicação voltada a público específico e diferenciado, se molda ao projeto de conteúdo editorial no qual se privilegia a concepção de um instrumento de defesa e difusão dos interesses do setor produtivo, sem deixar de lado o desenvolvimento do estado e do país. Assim, já nessa edição, o governador Camilo Santana concede entrevista na qual revela preocupações com mais um ano de seca e reafirma a intenção de parceria com a indústria.

Já o presidente da CNI, Robson Andrade, participa com artigo reforçando a necessidade do compromisso do setor produtivo e do governo com o aumento da competitividade. Dentre outras matérias, a discussão política também está na pauta, com matéria sobre a importância da reforma e os desafios que se impõem para a sua concretização. O Sistema FIEC, assim, por meio da publicação, reafirma seu papel na discussão dos temas de relevância para o avanço do setor produtivo.

Boa leitura!

Sumário

janeiro 2015

NOTAS

10

Política, economia e mercado. Fique por dentro dos últimos eventos que aconteceram na FIEC.

Camilo Santana

Governador nega ter defendido a volta da CPMF, diz rezar todo dia para chover e reafirma disposição para o diálogo.



FOTO
DE CAPA
JARBAS
OLIVEIRA

20

Entre- Vista

BANCO MUNDIAL

26

FIEC é signatária de documento que propõe estratégias para a promoção do desenvolvimento sustentável do Ceará.

EXPORTAÇÃO

28

Empresas cearenses enfrentam a crise e apostam em novos mercados no Oriente, na África e na América Central/Caribe.

Os novos caminhos da exportação cearense

34

REFORMA POLÍTICA

Após a tensa campanha presidencial a reforma política é considerada unanimidade para corrigir vícios e distorções do nosso modelo eleitoral.

AGENDA

DO DESENVOLVIMENTO

44

FIEC apresenta ao governador Camilo Santana sugestões para o desenvolvimento da indústria e da economia do Ceará.

ARTIGO

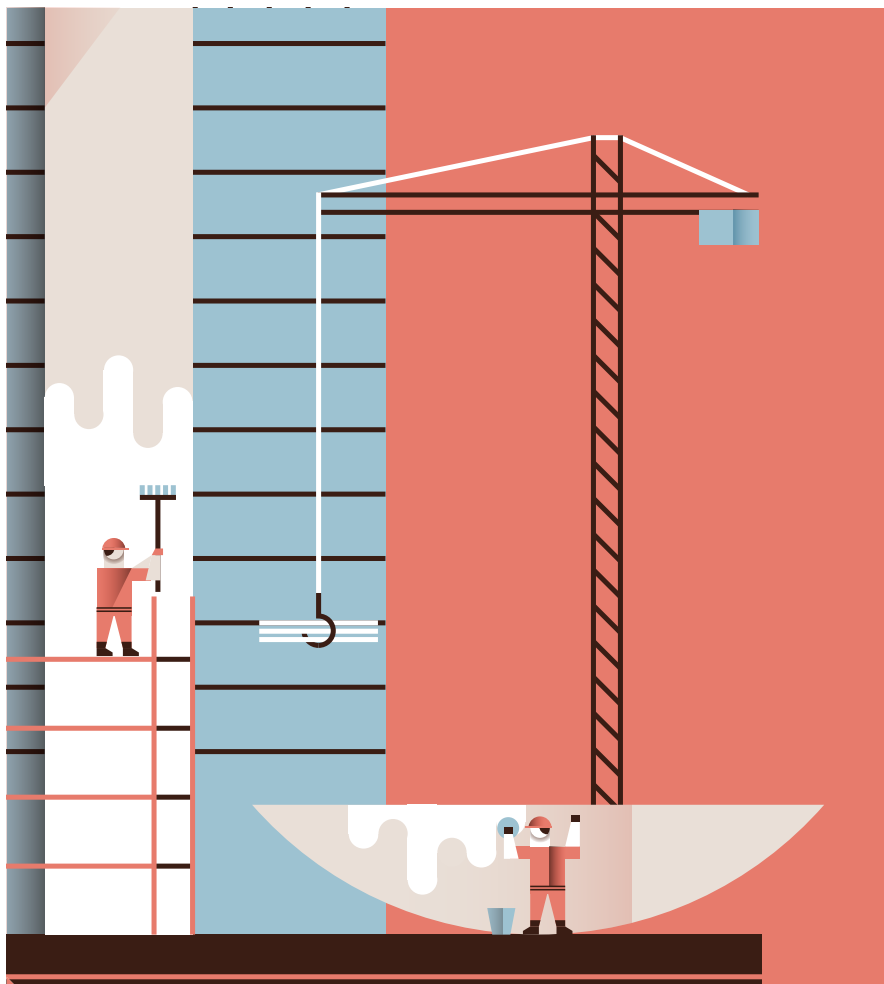
50

Robson Andrade reforça compromisso com aumento da competitividade e o pleno desenvolvimento.

ARTE

54

Mino e a reforma política.



Presente e futuro da CSP



1.

Para otimizar a participação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) no Ceará e apresentar a dimensão do empreendimento, a FIEC sediou o evento CSP – Momento atual, oportunidades e futuro da primeira siderúrgica integrada do Ceará. Na ocasião, o embaixador da Coreia no Brasil, Bon-woo Koo, falou sobre o empreendimento e as relações comerciais entre Coreia e Brasil.

Já o presidente da CSP, Sérgio Leite, mostrou o status da obra da siderúrgica e destacou as oportunidades que o empreendimento oferece. Finalizada, a CSP produzirá 3 milhões de toneladas de placas de aço por ano, contribuindo para o aumento das exportações brasileiras e incremento de 6% no PIB estadual.

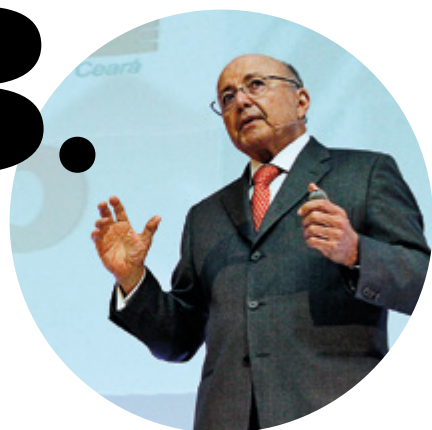
2.

Comitiva da FIEC participa do 9º ENAI

Comitiva formada por diretores, gestores e liderada pelo presidente Beto Studart participou da 9ª edição do Encontro Nacional da Indústria – ENAI, convenção anual do setor industrial brasileiro organizada pela CNI. O evento, que teve como tema central “O que a indústria espera do novo governo”, reuniu mais de 1.800 líderes empresariais para discutir e refletir as mudanças da competitividade da indústria brasileira e a sua inserção nos principais mercados mundiais.



3.



Maílson da Nóbrega analisa contexto político e econômico brasileiro

O ex-ministro da Fazenda do governo Sarney, Maílson da Nóbrega, participou do Fórum Ideias em Debate, no auditório da FIEC. O economista tratou de temas econômicos e fez uma análise de cenários, destacando a desaceleração do mercado, inflação e a crise internacional. Na ocasião, o presidente da FIEC, Beto Studart, ressaltou o momento difícil pelo qual passa a indústria brasileira, que enfrenta problemas estruturantes, econômicos e tributários.

Empresários cearenses no Salão Internacional da Alimentação em Paris

A principal exposição internacional de alimentos e bebidas do mundo, o Salão Internacional da Alimentação – SIAL Paris 2014, contou com a participação de 30 empresários cearenses dos setores de rações, pesca, panificação e agropecuária. O evento, realizado a cada dois anos, apresenta inovações, tendências e as últimas atualizações da indústria alimentícia. A missão foi promovida pelo Sindialimentos e organizada pelo Centro Internacional de Negócios (CIN), da FIEC.

4.

5.



FIEC sedia seminário para empresários belgas e cearenses

De 2011 a 2013, o Ceará exportou para a Bélgica o equivalente a US\$ 2,59 milhões. Dentre os principais produtos adquiridos pela Bélgica destacam-se ferro e aço, gorduras e óleos animais/vegetais, peixes e crustáceos e as frutas. Com o objetivo de fazer uma troca de experiência entre empresários belgas e cearenses e incrementar o comércio entre os dois países, a FIEC, por meio do Centro Internacional de Negócios (CIN), com a Câmara de Comércio e Indústria Belgo-Luxemburguesa Brasileira no Brasil (Belgalux) e o Porto de Antuérpia, promoveu o seminário Oportunidades de Negócios entre o Ceará e a Bélgica.

2,59 milhões
Exportação
Ceará /
Bélgica



Rodada de negócios com árabes resulta em 60 agendas comerciais

Vinte e uma empresas cearenses participaram do seminário Oportunidades de Negócios entre o Ceará e os Países Árabes. O evento reuniu, na FIEC, 16 embaixadores representantes da Liga Árabe e abriu a perspectiva de ampliação das relações comerciais do Ceará com aquelas nações. Em 2013, as vendas do estado para os países da região somaram US\$ 24,4 milhões. O evento proporcionou a realização de 60 agendas de negócios.

6.



Mundo SENAI abre as portas para a formação profissional

Unidades do SENAI/CE de Fortaleza, Maracanaú e Juazeiro do Norte abriram suas portas no dia 21 de novembro para a comunidade conhecer mais sobre a indústria e os caminhos que a instituição oferece em formação profissional.

A ação aconteceu durante o Mundo SENAI, evento realizado simultaneamente, em todo o Brasil. Por meio de palestras, mostras tecnológicas, orientação profissional e visitas aos laboratórios que simulam o dia a dia da indústria, os visitantes conheceram o universo das profissões para decidir com mais segurança qual carreira profissional desejam seguir.

8.

Sindienergia promove a I ExpoGeração

O Sindienergia/CE realizou a ExpoGeração 2014 e o I Seminário sobre Micro e Minigeração Distribuída. O evento, realizado na FIEC, debateu a micro e minigeração como uma solução real para influenciar a Matriz Energética Brasileira nos próximos anos. O encontro reuniu os maiores nomes e entidades da área como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Energie Agentur, Coelce, Sebrae, SENAI, Unifor e a ONG Green Peace, além de empresas que já atuam no setor de soluções no Nordeste.



9. **Revista traça panorama da cerâmica vermelha cearense**

O perfil do setor de cerâmica vermelha no Ceará; a otimização do uso de matéria-prima argilosa; como escolher a lenha correta; manejo florestal; associativismo, foram os destaques da Revista Práticas Tecnológicas da Cerâmica Vermelha, lançada pelo Sindcerâmica e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL/CE), com apoio do Banco do Nordeste. O consultor do SENAI de São Bernardo do Campo (SP), Amando Alves de Oliveira, proferiu a palestra “Eficiência Energética nos Fornos de Cerâmica Vermelha”.

10.

Sindmóveis promove visita de universitários ao polo moveleiro de Marco

Por iniciativa do Sindmóveis, 15 alunos do curso Design de Produtos da Universidade de Fortaleza (Unifor) visitaram, em novembro, as empresas Ostermo Móveis, Ruah e Kirus, todas do setor moveleiro do município de

Marco. A visita faz parte do módulo Design Mobiliário e tem como objetivo apresentar aos alunos o cotidiano de uma indústria de móveis e o potencial da aplicação do design neste mercado.

11.

Sinditêxtil realiza final do Ceará Moda Contemporânea

O Sinditêxtil/CE, em parceria com o SENAI e o Sebrae, promoveu, no Museu da Indústria, a solenidade de entrega dos prêmios aos vencedores do concurso Ceará Moda Contemporânea. A ação contou com apoio do SESI, Sindroupas, Singer, Unitêxtil, Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade de Fortaleza (Unifor), Faculdade Fanor, Faculdade Integrada do Ceará (Estácio/FIC) e Faculdade Ateneu.



12.

Sindpan apresenta boas práticas de gestão

Para promover a troca de experiências e discutir questões essenciais aos setores econômicos industriais, o Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizou, em novembro, na FIEC, o intercâmbio de lideranças setoriais da indústria da panificação. No evento, o presidente do Sindpan, Lauro Martins, apresentou suas boas práticas de gestão, que, em 6 anos, entre outros resultados, fizeram aumentar de 120 para 320 o número de associados.

13.

Sindgráfica homenageia empresas pela atuação no setor

As empresas Aaron Indústria de Rótulos e Etiquetas Adesivas e ABC Distribuidora foram homenageadas pelo Sindgráfica, com os troféus Peter Röhl e Troféu Prensa Gutenberg, respectivamente. A Aaron, primeira indústria de flexografia modular do Norte e Nordeste, especializou-se na produção de rótulos e etiquetas autoadesivas em grandes e médias tiragens. Já a ABC Distribuidora, com mais de 50 anos no mercado, tem presença em quase todo o Nordeste, com estrutura própria de armazenamento, vendas, logística e entrega.



14.

Sindserrarias comemora 60 anos

O Sindserrarias comemorou em dezembro, na FIEC, 60 anos de atuação em evento na Casa da Indústria. A entidade é um dos 39 sindicatos representativos das categorias econômicas da indústria ligadas à FIEC.



15.

Sindcalf empossa nova diretoria

O Sindicato da Indústria de Calçados de Fortaleza (Sindcalf) empossou em outubro os membros da sua nova diretoria para o quadriênio 2014-2018. Jaime Bellicanta foi reconduzido para uma nova gestão à frente do sindicato. Em 2014, a entidade comemorou 70 anos de fundação.

Beto Studart recebe Troféu Virgílio Távora

O presidente da FIEC, Beto Studart, recebeu o Troféu Virgílio Távora da Associação Empresarial de Indústrias (Aedi), durante evento que comemorou, na Casa da Indústria, os 35 anos de atuação da instituição. A associação entregou, ainda, o diploma Amigo da Aedi ao presidente do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), Gilvan Mendes.

16.

17.



Federação das Indústrias é homenageada

A FIEC foi homenageada durante a entrega do Prêmio Delmiro Gouveia, por seus 65 anos de atuação. A premiação, uma realização da Fundação Demócrito Rocha e Grupo de Comunicação O POVO, homenageou os 9 ex-presidentes da federação por sua contribuição à indústria. O atual presidente, Beto Studart, destacou o industrial Delmiro Gouveia como um personagem inspirador ao povo do Nordeste.

Na batalha diária de construir o futuro do nosso país, somos todos iguais: **vencedores.**

Erguer o futuro. Essa é a nossa missão diária. Em torno desse objetivo, unem-se as construtoras, operários, arquitetos, engenheiros, clientes, corretores, poderes públicos, toda a sociedade.

À frente desse tão importante setor, está o Sinduscon-CE, o Sindicato das Construtoras, que não mede esforços para que estejamos todos unidos, construindo nossos lares, nosso estado, nosso país.

Conheça nossos projetos: sindusconce.com.br

Emprega
aproximadamente
90.000
colaboradores

mais de
700
associados

Um setor
que representa
aproximadamente

15%
do PIB

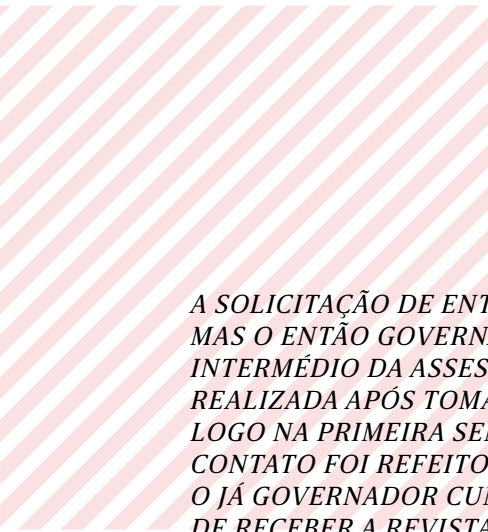


Sinduscon CE
Sindicato das Construtoras





**“ Eu não defendi a volta da
CPMF.”**



A SOLICITAÇÃO DE ENTREVISTA FOI FEITA EM DEZEMBRO, MAS O ENTÃO GOVERNADOR ELEITO CAMILO SANTANA, POR INTERMÉDIO DA ASSESSORIA, PEDIU QUE SOMENTE FOSSE REALIZADA APÓS TOMAR POSSE COMO GOVERNADOR. LOGO NA PRIMEIRA SEMANA DEPOIS DE EMPOSSADO O CONTATO FOI REFEITO, E APESAR DA AGENDA APERTADA, O JÁ GOVERNADOR CUMPRIU O COMPROMISSO DE RECEBER A REVISTA DA FIEC.

A ENTREVISTA, AGENDADA INICIALMENTE PARA 20 MINUTOS NO GABINETE DO PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, SE ESTENDEU POR QUASE 40. NO ENCONTRO, O GOVERNADOR ESTAVA SORRIDENTE E CHEGOU A SE DESCULPAR POR TER ATRASADO QUASE MEIA HORA EM RELAÇÃO AO HORÁRIO MARCADO. NA CONVERSA, DISSE TER SIDO MAL INTERPRETADO PELA IMPRENSA E NEGOU TER SUGERIDO A VOLTA DA CPMF.

CAMILO SANTANA TAMBÉM FALOU DO FIT, DESTACANDO SER PRECISO OPERACIONALIZÁ-LO MELHOR, POIS OS RECURSOS NÃO PODEM FICAR PARADOS ENQUANTO HÁ DEMANDAS A SEREM ATENDIDAS. ELE AINDA REAFIRMOU O QUE O TEM CARACTERIZADO NOS PRIMEIROS DIAS COMO GESTOR MAIOR DO ESTADO, O DIÁLOGO. CAMILO SANTANA DISSE PRETENDER LEVAR ISSO COMO MARCA, DECLARANDO-SE ABERTO A DISCUTIR TODOS OS TEMAS E DEMANDAS QUE LHE FOREM APRESENTADOS.

O GOVERNADOR NÃO ESCONDEU A PREOCUPAÇÃO COM A POSSIBILIDADE DE MAIS UM ANO DE SECA, E DISSE QUE REZA TODO DIA PEDINDO UMA AJUDA A SÃO PEDRO. O PROBLEMA, AFIRMOU, NÃO SERIA NEM RECURSO FINANCEIRO, MAS TER DE ONDE TIRAR ÁGUA.

**POR ANA MARIA XAVIER
E LUIZ HENRIQUE CAMPOS
FOTOS GIOVANNI SANTOS**

Revista da FIEC – Governador, hoje a indústria no Ceará responde por 21% do PIB do estado. Como o senhor vê o papel da indústria em nosso estado? É possível vislumbrar o crescimento dessa participação a partir da indução do governo estadual?

Camilo Santana – Sem dúvida. Primeiro, a indústria tem um papel fundamental no desenvolvimento do estado e na geração de emprego, oportunidades, movimentando fortemente a economia cearense. Nós estamos não só pautados, como há um compromisso nosso de fortalecer e ampliar o papel desse segmento do setor produtivo cearense. Estamos com algumas mudanças importantes na estrutura administrativa que é a criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), que inclusive foi uma pauta do próprio setor. Pretendemos fortalecer essa pasta, desburocratizar mais os processos que dizem respeito ao governo, apoiar com incentivos de infraestrutura para que novas empresas e novos empreendimentos se instalem no Ceará, apoiando principalmente os empreendedores locais. Acho que há uma perspectiva muito boa do Ceará com a instalação da siderúrgica. A previsão é que em setembro já se liguem os fornos, com o funcionamento pleno em março do ano que vem. Isso vai abrir uma série de oportunidades, inclusive com a possibilidade de que no futuro se possa trazer uma montadora para o estado. Vou me empenhar muito nesse sentido. Pretendemos, e aí vai envolver um processo de discussão entre o setor produtivo e o governo, criar mecanismos para facilitar a vida desses empreendedores. A Nicolle (Barbosa), que hoje é a nossa secretária, tem uma relação importante com a FIEC, mas eu quero aproximar cada vez o

CPMF

A CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO OU TRANSMISSÃO DE VALORES E DE CRÉDITOS E DIREITOS DE NATUREZA FINANCEIRA SUBSTITUIU O IMPOSTO PROVISÓRIO SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (IPMF), CRIADO EM 13 DE JULHO DE 1993 E QUE VIGOROU DE 1º DE JANEIRO DE 1994 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1994. A PARTIR DE 1999, COM A EMENDA CONSTITUCIONAL 21, PASSOU A DESTINAR PARTE DE SEUS RECURSOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL E À ERRADICAÇÃO DA POBREZA. O SETOR PRODUTIVO É CONTRA A COBRANÇA, PORQUE ALÉM DE GERAR MAIS IMPOSTO, SEUS RECURSOS DEIXARAM DE SER REPASSADOS AO CUSTEIO DA SAÚDE PÚBLICA, COMO PREVISTOS INICIALMENTE.

setor industrial com o governo, com diálogo permanente, ouvindo as demandas, porque a indústria é um setor fundamental para o crescimento do Ceará.

RF - Governador, em uma visão mais abrangente, e isso já foi externado pelo senhor, teremos um ano de dificuldades. Em que medida isso pode vir a prejudicar ações que estão em andamento no estado?

CS - Na verdade, o nosso objetivo, quando eu anunciei alguns cortes, foi garantir o equilíbrio em despesas correntes do estado. Isso de forma alguma vai afetar o atendimento dos serviços ou o prognóstico relativo a novos investimentos. Eu quero justamente fazer essa contenção para enxugar a máquina e ser mais eficiente para poder garantir a oferta de novos serviços e novos investimentos. O anúncio desse ajuste é muito mais no sentido de efetivamente otimizarmos os recursos, mas também preocupado com o cenário nacional. Os anúncios feitos pelo ministro da Fazenda (Joaquim Levy) nos preocupam. E o terceiro fator nesse sentido é o problema da seca.

RF - O senhor tem rezado muito para chover?

CS - (risos) Tenho rezado muito. Enquanto nós não tivermos uma estrutura hídrica garantida, com a transposição das águas do São Francisco... Como o estado fez, trazendo as águas do Castanhão para Fortaleza. Enquanto não tivermos essa estrutura hídrica suficiente, nós vamos precisar fazer algumas ações emergenciais. Vou dar um exemplo: para garantir água agora para Nova Russas e Crateús (região dos Inhamuns), estamos terminando uma adutora de 150 quilômetros, tirando água do açude Araras, em Varjota. Só essa adutora custa R\$ 88 milhões. Então, eu preciso ter recursos para algumas dessas ações emergenciais. Autorizei agora uma adutora para Solonópole. Recentemente, o governo inaugurou uma em Canindé, de

58 quilômetros, levando água do açude General Sampaio. São situações que nós vamos ter que administrar, e esse ajuste de recursos é para isso. Primeiro vamos ter que dar certo equilíbrio à máquina governamental à seca; e depois o cenário nacional, que nós não sabemos como ficará. Precisamos estar preparados.

RF - Governador, há projetos remanescentes do Governo Cid, como por exemplo, o Acquário, a ponte estaiada, o cinturão das águas, entre outros. Esses projetos estão com investimentos garantidos?

CS - Serão mantidos. Até porque o Acquário tem recursos de um empréstimo, nós não teremos problema este ano. A ponte estaiada é recurso federal, então vamos aguardar que não haja cortes nessa área de investimento. E o cinturão das águas, aliás, na primeira reunião que tive com a presidenta Dilma, eu levei duas pautas prioritárias para o Ceará. A primeira foi a refinaria. E mesmo diante dessa crise da Petrobras, saiu recentemente uma medida provisória autorizando R\$ 360 milhões para a Petrobras iniciar o serviço de terraplanagem. É uma notícia boa para o Ceará. O estado agora vai ter que fazer investimentos na área, como um porto exclusivo para a Petrobras, para atender futuramente a refinaria. Então esse diálogo com a presidenta tem sido constante e a própria Dilma garantiu que iria manter a refinaria para o Ceará. E a outra pauta prioritária foi o cinturão das águas. Estamos fazendo o primeiro trecho, de Jati até Nova Olinda. E o trecho mais importante, que vai levar águas até as regiões mais críticas, Tauá, Arneiroz, Crateús, Independência, até a divisa com o Piauí, esse segundo trecho, mais caro, foi um pedido que fiz à presidenta para que possamos assegurar água nos próximos quatro anos. São essas duas pautas, importantes para o Ceará, que nós contamos com o apoio da presidenta.

RF – Governador, já foram divulgados na imprensa possíveis contingenciamentos nas verbas do PAC. O senhor não teme que isso interfira no cronograma das obras de transposição do São Francisco?

CS – Olhe, a presidenta Dilma vai ter que fazer cortes e terá que ter algumas prioridades. Ela já disse que ações nas áreas sociais não sofrerão cortes, e aí incluiu o Minha Casa, Minha Vida. E também não acredito que investimentos nessa questão hídrica venham a sofrer cortes. Não temos, por parte dos ministérios, nenhuma orientação nesse sentido. O que nós sabemos é que a previsão de conclusão é para setembro deste ano no Ceará, com a água chegando em Jati, ou no mais tardar até o final do ano. Então estamos trabalhando com a perspectiva de que a obra seja concluída em 2015. E vou brigar para que não haja atrasos, porque é importantíssima para o Ceará, o semiárido e o Nordeste.

RF – Governador, eu gostaria de tocar em um ponto que consta na Agenda da Indústria repassada ao senhor pela FIEC, tratando sobre a criação de um conselho de interlocução empresas/governo. O senhor já chegou a se debruçar a respeito desse possível fórum de discussão?

CS – Eu estou esperando que a nova secretária (Nicolle) tome pé da estrutura. Discuti a estrutura administrativa no período da transição, mas com os secretários do governo anterior, e agora estou fazendo com os novos gestores. Não só para fazermos um planejamento de ações para os próximos anos, mas para esse principalmente. E também para ouvir os secretários sobre a visão e as ideias que cada um tem sobre suas respectivas pastas. E dentro disso está a agenda da FIEC. Eu estou decidido a fazer uma interlocução, e preciso apenas definir a forma, se um conselho, enfim. Mas eu quero ter uma relação forte com o setor e em breve vamos definir qual será esse formato.

RF – A Agenda da Indústria também apresenta sugestões quanto a questão tributária. Há setores que reivindicam adequações no que diz respeito ao ICMS, como por exemplo, o de confecções. Também o da construção civil, no que se refere aos segmentos que atuam no Minha Casa, Minha Vida. O senhor vê a possibilidade desses pleitos serem atendidos?

CS – Eu sou aberto ao diálogo. Estaremos sempre abertos a sugestões, críticas, novas ideias. Nós vamos continuar na mesma política de desoneração de alguns produtos. O Ceará foi diferenciado em relação a outros estados, porque, ao mesmo tempo em que desonerou alguns produtos, aumentou a arrecadação. Vamos trabalhar nessa mesma lógica, adotando o mesmo conceito. Cada setor será analisado, estudado, especificamente. No caso da construção civil do Minha Casa, Minha Vida, fui secretário (Cidades) à época, e apesar de alguns produtos terem sido desonerados, as empresas que trabalhavam com o programa foram beneficiadas de outra forma. O estado hoje, por exemplo, entra com um aumento do repasse de recursos do programa. Isso facilitou para que o programa desse um salto no Ceará. O Estado entra com um aporte de recursos a mais do que o do Governo Federal para viabilizar o programa, o que era uma reivindicação do setor. Mesmo não sendo uma ação direta de redução de impostos, foi uma ação importante para garantir o sucesso no Ceará. Então, cada setor será analisado caso a caso, para ver o que pode ser feito, seja por meio do ICMS, melhorando a infraestrutura para garantir o empreendimento, aportando recurso como no Minha Casa, Minha Vida. O importante é manter esse diálogo por setor.

RF – Ainda em relação a imposto, o senhor sugeriu a recriação da CPMF, fato que acabou desagradando a muitos setores. O próprio ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comér-

FIT
O FUNDO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO CEARÁ (FIT) FOI CRIADO PARA FINANCIAR BOLSAS DE MESTRADO E DOUTORADO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, COM OS REPASSES SENDO FEITOS PRINCIPALMENTE POR MEIO DE EDITAL PARA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO E A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA DO ESTADO. A GRITA DO SETOR PRODUTIVO É PORQUE PARTE DOS RECURSOS FORAM REPASSADOS PARA EDUCAÇÃO E SAÚDE PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO (SEFAZ). A FIEC ENTENDE QUE O FIT É UM IMPORTANTE INSTRUMENTO DE APOIO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E AGUARDA QUE O GOVERNO REVEJA O POSICIONAMENTO ADOTADO.

cio, Armando Monteiro, se mostrou contra. Essa intenção não seria contraditória em vista do momento pelo qual o país passa e dos apertos que o senhor próprio sugere para o estado?

CS - Na realidade, eu não defendi a volta da CPMF. O que eu coloquei é que é preciso ser feito um debate sobre o financiamento da saúde. A população criou uma perspectiva de vida maior, aumentou a faixa de renda, as pessoas elevaram seu padrão, e isso exige cada vez mais uma educação melhor, saúde melhor, e a realidade hoje do Ceará, e do Brasil, nos municípios, é que o dinheiro é insuficiente para garantir uma saúde digna para as pessoas. O Brasil tinha a CPMF, na época era em torno de R\$ 40

bilhões para a saúde, uma grande ideia do médico Adib Jatene, e o país perdeu esse recurso. Talvez pelo desvirtuamento do sentido desse recurso. E o que eu tenho defendido é que se precisa discutir uma nova fonte para a saúde. A forma que vai ser será discutida. Dei o exemplo da CPMF porque foi um exemplo no passado, mas isso precisa ser discutido. Então eu defendi um nova fonte de recurso, falou-se até do pré-sal, mas que fosse exclusivo para a saúde, sem qualquer possibilidade de desvirtuamento. Mas que fosse a mais do que temos hoje, porque os estados atualmente são obrigados a gastar 12% do orçamento com saúde e estamos gastando 17%. Isso tirando, por exemplo, saneamento, que no passado era contabilizado como saúde. Os municípios são obrigados a gastar 15%. O novo dinheiro seria a mais do que gastamos atualmente. E que a gente definisse uma faixa, eu pedi ao Ipece para analisar, e só pagaria a contribuição quem ganhasse acima de 15 salários mínimos, que representa 1,2% da população economicamente ativa do Brasil. Essa foi a ideia que lancei, porque acho que tem que haver um pacto federativo.

RF - O Ceará investiu muito em saúde no último governo. Hoje o estado tem recursos para gerir os equipamentos já implantados?

CS - Tem. Nós vamos garantir. Agora a gente quer ampliar com novos serviços, e oferecer o que nós imaginamos que seja a saúde de qualidade para o povo cearense, e para isso precisamos de mais recursos. O crescimento que nós tivemos no setor de saúde foi acima do que tivemos de repasse do Governo Federal. Então, precisamos ter aumento de repasse da União, aumentar a arrecadação ou ter uma fonte exclusiva. Tem gente que tem medo de falar sobre isso, mas eu sou bem transparente. O meu objetivo é republicano, é que a população tenha uma saúde de qualidade. O Ceará conseguiu criar uma rede de policlínicas e UPAs e isso precisa ser mantido. Então essa foi a

discussão que propus, que todos concordaram. A imprensa levou logo para a volta da CPMF, mas a realidade não era essa.

RF - Governador, o setor produtivo de um modo geral, não só a indústria, questiona muito a lentidão no atendimento a processos de licenciamento ambiental. O senhor foi secretário das Cidades na gestão passada e conhece a demanda. Como o seu governo pretende lidar com essa problemática?

CS - O que a gente tem que trabalhar é melhorar os processos. Claro que existe uma legislação que precisa ser cumprida, tanto em nível federal como estadual, mas a nossa meta é reduzir, não só a liberação de processos ambientais, como a desburocratização para abertura de empresas. Essa é uma questão que pretendo discutir o mais rápido possível dentro do governo, no início, já nos primeiros 100 dias. Há algumas sugestões, como a Junta Comercial do Ceará (Jucec) ficar ligada à SDE. Isso está sendo discutido. Como melhorar a questão do licenciamento, isso tudo será discutido. O que posso dizer é que nossa intenção é melhorar a qualidade dos serviços.

RF - Governador, o setor produtivo tem-se queixado da mudança em relação à destinação dos recursos previstos para o Fundo de Inovação Tecnológico (FIT) para outras áreas. Como o senhor vê esse questionamento?

CS - Na verdade, nós precisamos operacionalizar os recursos do FIT. O FIT nunca foi usado como deveria. Trata-se de recurso que pode variar entre R\$ 18 e R\$ 20 milhões...

RF - O setor produtivo reclama da burocracia para a sua operacionalização.

CS - Precisamos ver o que precisa ser feito para operacionalizar esse recurso. O que o governo fez? Como havia muito recurso oriundo do Fundo, foi encami-

NICOLLE BARBOSA

FUTURA SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO, NICOLLE BARBOSA É EX-PRESIDENTE DO CENTRO INDUSTRIAL DO CEARÁ, ONDE COORDENOU O PROJETO INTEGRA BRASIL. EMPRESÁRIA DO SETOR GRÁFICO, TAMBÉM PRESIDIU O SINDICATO DA INDÚSTRIA EDITORIAL DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS E DE EMBALAGENS GRÁFICAS DO ESTADO DO CEARÁ (UNIGRÁFICA). A NOMEAÇÃO DE NICOLLE RECEBEU O APOIO DO SETOR INDUSTRIAL.

nhado para atender outras demandas. Mas o Fundo continua, tem dinheiro, e é preciso só que possamos operacionalizar melhor. Essa é também uma das metas que quero discutir com a secretária (Nicolle). Mas há saldo e espero que seja usado este ano, se não o estado vai usar de novo (risos). O que é preciso entender é que o estado tem outras necessidades e o dinheiro não pode ficar assistindo. Ou gasta ou vamos atender outras necessidades.

RF – Este vai ser o ano mais difícil da sua gestão?

CS – Governar um estado requer muita determinação, empenho, diálogo, exercício diário. Mas eu só considero que será muito difícil se não houver chuva. Claro que será um ano de cautela, contenção, até para nós prepararmos para possíveis dificuldades, mas a grande dificuldade é se entrarmos no quarto ano sem chuvas. Porque recurso não falta. A questão é onde pegar água para levar aos municípios. Até uma operação carro-pipa fica complicada. Se antes eu pegava água a 20 quilômetros de distância, vou ter que pegar a 50 quilômetros. Tem custo, mas o pior é a operacionalização. Por isso que eu rezo todo dia para São Pedro, para ver se ele ajuda e manda uma chuvinha para cá.

RF – Governador, o ex-presidente Lula disse uma vez que nenhum governante, por mais competente que seja, conseguirá ser reconhecido por ter feito uma boa gestão em todas as áreas da administração pública. Nesse sentido, chegou a dizer que, para um governo ser reconhecido, era preciso focar em poucas áreas e nestas deixar a marca da gestão. Quais áreas o senhor pretende dizer que serão a marca de seu governo?

CS – Eu acho que um governante tem que ser governante de todas as áreas. Às vezes, a gente fica preocupado em deixar uma marca, mas a marca que eu

quero deixar para o povo cearense é a do diálogo, do acolhimento, essa é a minha marca. Agora eu tenho alguns compromissos de campanha. Primeiro fazer o estado crescer, continuar crescendo. Pretendo investir no setor produtivo, atrair novos investimentos, fortemente, gerar mais empregos. Fomos o estado que mais gerou empregos no Norte e Nordeste nos últimos 12 meses. Segundo, eu tenho compromisso com a segurança pública. Vou tratar disso pessoalmente. Tenho compromisso com a saúde, no sentido de melhorar a qualidade do atendimento. Tenho compromisso com a cultura, de investir 1,5%. Isso é uma proposta nacional, da União investir 2%; os estados, 1,5% e os municípios, 0,5%. E eu quero me antecipar. Olhar a cultura não apenas como realização de eventos, mas das pessoas se reconhecerem na sua cidade, contribuindo para diminuir a violência. Quero a cultura na perspectiva desse horizonte. E continuar investindo fortemente na educação, ampliando as escolas profissionalizantes, levar para todos os municípios. Já pensava nisso e agora temos um ministro cearense e espero que ele nos ajude.

RF – O senhor elencou cinco áreas, governador.

CS – Pois é (risos). Mas foram compromissos que assumi.

RF – O senhor, já na posse, adotou um simbolismo que traduz a impessoalidade. Essa será uma marca forte?

CS – Com certeza. Quando assumi, eu disse que as secretarias não precisariam ter a foto do governador nas salas, mas sim, fotos do povo cearense. É um gesto simbólico, mas indica bem a quem todos nós na gestão pública devemos servir.

RF – Governador, o Ceará tem sido referência na questão da educação, e a ida do ex-governador Cid Gomes para o ministério é uma indicação disso. No entanto, o setor produtivo tem-se

ressentido de uma melhor qualificação da mão de obra. Como o senhor imagina enfrentar esse quadro, e em que medida pretende também atuar em conjunto com entidades como o SENAI, SESI, IEL, entre outros?

CS – É preciso primeiro fazer um encontro com essas entidades para saber em que e como os recursos estão sendo investidos. Temos hoje, por exemplo, o Pronatec, operacionalizado com o Sistema S, temos uma rede de mais de 100 escolas profissionalizantes no estado com foco na qualificação. Então, o setor produtivo tem que nos dizer quais são as demandas, porque as escolas profissionalizantes são dinâmicas, e podem ser voltadas para o mercado. E temos o Centro de Treinamento Técnico do Ceará (CTTC), voltado para as áreas petroquímica, metalomecânica e construção civil. Outra questão que não podemos desconhecer é que, apesar de termos crescido na geração de emprego, nossa média salarial é muito baixa. E precisamos ver em que ponto podemos melhorar isso também. ■

Setores público e privado de mãos dadas pelo crescimento econômico

BANCO MUNDIAL E ESTADO FORMULAM DOCUMENTO QUE PROPÕE CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO CEARÁ COM FOCO NA INCLUSÃO SOCIAL E NA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL. A FIEC É SIGNATÁRIA DO DOCUMENTO.

POR PAOLA VASCONCELOS

A interação e a integração entre os setores público e privado é uma tendência mundial que vem gerando frutos para a melhora de indicadores nas áreas econômica e social de cidades em vários continentes. Apostando nisso, a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), ao lado de outras entidades do setor produtivo, instituições governamentais e acadêmicas, está participando das discussões do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR).

Fruto de acordo firmado entre o governo do estado e o Banco Mundial (Bird), o programa visa garantir a continuidade dos investimentos em áreas estratégicas do Ceará, privilegiando a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Por intermédio do programa, o estado receberá do Banco Mundial empréstimo no valor de US\$ 350 milhões até 2018, dois quais US\$ 94 milhões já foram liberados.

Os recursos serão liberados mediante pactuação e cumprimento de metas estabelecidas para as áreas de gestão pública, sustentabilidade ambiental, crescimento econômico

ATÉ 2018
R\$ 256 milhões



LIBERADOS
R\$ 94 milhões

OS RECURSOS
SÃO FRUTO DE ACORDO
FIRMADO ENTRE O GOVERNO
DO ESTADO E O BANCO
MUNDIAL (BIRD).

e redução da pobreza. Trata-se de modalidade de operação de crédito pioneira no Brasil, tendo o Bird escolhido o Ceará para a implantação da iniciativa inovadora.

A validação do documento “Estratégia inicial de desenvolvimento econômico para o Estado do Ceará a partir do fortalecimento do setor produtivo, apoiada em inovação e com foco na formação de recursos humanos”, aconteceu em dezembro, por meio de *workshop* realizado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico (Cede), na FIEC.

Para o primeiro vice-presidente da FIEC, Alexandre Pereira, além de o programa ser um modelo inovador, o Ceará mais uma vez sai na frente pensando estrategicamente o desenvolvimento econômico. “Esse momento de interação entre governo do estado, seus técnicos, FIEC, empresários e academia possibilita que possamos construir projeto estruturado e bem pensado para daqui a dez ou 15 anos”, disse.

O documento, segundo o ex-presidente do Cede, Gotardo Gurgel, responsável pela condução do processo de elaboração do trabalho, foi entregue ao governador Camilo Santana ainda no momento de transição entre as gestões estaduais. Gotardo disse ainda que o atual governador ficou impressionado com o programa e quer dar todo o apoio ao sucesso dessa operação com Banco Mundial.

INTEGRAÇÃO

O especialista do Banco Mundial em Desenvolvimento do Setor Privado para a América Latina e Caribe, Cristian Quijada Torres, apresentou no *workshop* experiências exitosas que o programa do Banco Mundial acompanhou nos últimos anos. A primeira delas aconteceu na cidade de Manchester, na Inglaterra. Lá, setores de posições e conceitos distintos, como hospitais, universidades, escolas, instituições do governo, empreendimentos privados, entre outros, se juntaram para gerar impacto econômico e social ao desenvolver um corredor de serviços no centro da cidade, uma das áreas mais afetadas e mais pobres da cidade na época.

A outra aconteceu em Bilbao, no país basco. Após passar por crise econômica nos anos 80, pela transferência dos estaleiros lá instalados para a Coreia, Bilbao teve que se reinventar. Próximo do ano 2000, o país basco fez escolha estratégica com foco na inovação, ao estabelecer iniciativa intitulada Innobasque, uma agência de associação privada, sem fins lucrativos, criada para coordenar e impulsionar a inovação.

De acordo com Quijada, isso aconteceu pelo foco científico, tecnológico e social de negócios estratégicos, orientado e baseado nas pessoas. O especialista do Banco Mundial destacou que a motivação de reunir setores público e privado é no sentido de estabelecer compromisso de pensar ser possível melhorar ainda mais o estado do Ceará.

O *workshop* entre os setores público e privado, segundo Quijada, foi um primeiro passo. “Temos que continuar juntos para não só consensuar uma estratégia, mas para implementá-la”. Segundo ele, o modelo de diálogo entre o público e o privado está acontecendo nos Estados Unidos, na Europa e em todo o mundo. “É o caminho para encontrar soluções para os grandes problemas. O diálogo deve ser permanente, envolvendo os atores sociais, pois o governo viabiliza todo o processo. É preciso lidar com os problemas imediatos, mas também olhar adiante sobre o que sociedade quer para o futuro”. ■



■ LINHA DE PRODUÇÃO DA CV COUROUS: PARA MERCADOS ITALIANOS.

Os novos caminhos da exportação cearense

PEQUENAS E GRANDES EMPRESAS ESTÃO APOSTANDO EM MERCADOS DO ORIENTE, ÁFRICA E AMÉRICA CENTRAL/CARIBE PARA FAZER BONS NEGÓCIOS.

**POR ANA PAULA DANTAS
FOTOS GIOVANNI SANTOS**

Móveis para cozinha e dormitório produzidos em Jaguaribe (a 300 km de Fortaleza) podem ser encontrados para venda em 14 países africanos e nos Estados Unidos.

Desde novembro de 2014, em Dubai, capital dos Emirados Árabes Unidos, já se toma suco e néctares de caju, plantados em três mil hectares em Pacajus, região metropolitana da capital cearense. Na América Central e em ilhas do Oceano Índico, pisos e revestimentos cerâmicos cearenses expõem a beleza e a qualidade do produto local.

Em segundo lugar nas exportações cearenses, as peles de couro ovino e caprino disputam o mercado na Índia, Espanha e Itália. Esses são alguns resultados positivos do caminho da exportação cearense, que, mesmo diante de concorrentes estrangeiros trazidos pela globalização, burocracia, adequações de logística e outros desafios vêm desbravando mercados antes desconhecidos e/ou pouco explorados.

Conquistar mercados no exterior, porém, não é tarefa das mais simples. Muitas vezes, além da qualidade do produto, é preciso perseverança e visão de futuro. No setor moveleiro, o início das exportações para a Turquia, em 2003, teve várias dificuldades, principalmente as burocráticas.

Hoje, a empresa, que é filiada ao Sindmóveis, considera que há mais facilidades construídas pelo próprio trabalho, de acordo com o diretor presidente José Edson Nogueira de França. “Recomendo que ninguém espere sentado para exportar, e sim ir até o cliente externo e fazer negócios olho no olho”, avalia.

Já para a Cerbras, filiada ao Sindcerâmica, a prospecção ativa, mesmo em épocas de câmbio desfavorável e alta demanda do mercado interno, é uma das principais estratégias em comércio exterior da empresa, de acordo com Ricardo Veras, gerente comercial. Entre os desafios elencados no início das exportações, foram o de adequar a logística e a paletização (disposição de embalagens do produto por camadas, formando pilhas) para evitar avarias no transporte de pisos e revestimentos cerâmicos.

Além disso, as embalagens foram adaptadas, com informações em três línguas – português, inglês e espanhol. Foi intensificada a participação da Cerbras em feiras internacionais e fechadas parcerias com agentes de comércio exterior. “As certificações de qualidade (INMETRO e ISO 9001) nos deram também o respaldo necessário. Atualmente, nossa maior dificuldade é o frete pouco competitivo saindo do Pecém, em comparação a outros portos brasileiros, como o de Santos/SP”, argumenta Veras.

RETOMADA

Fundada no ano de 1941 em Pacajus/CE e pioneira ao lançar o primeiro suco de cajú integral do Brasil, a Jandaia, filiada ao Sindbebidas, começou a exportar néctares e sucos em embalagens de 1 litro, 500ml e 200ml, para os Emirados Árabes Unidos em novembro de 2014. Por meio de sua distribuidora em Portugal, a indústria cearense fechou contrato de exclusividade com um distribuidor em Dubai.

Segundo o supervisor de exportações da Jandaia, Martônio Moraes, serão exportados três contêineres por mês durante um ano, com sucos e néctares de caju, goiaba, morango, maracujá, acerola, abacaxi, polli frutti, tangerina e misto de maçã/uva. A indústria produz 4,5 milhões de litros de sucos e néctares por mês e apenas 1% desse total é exportado para países como Estados Unidos, Portugal, Espanha, Inglaterra,

Projeto Unifor/Correios apoia exportação para pequenos e médios negócios

A partir de julho de 2015, as oportunidades de exportação para micro, pequenas e médias empresas cearenses devem ganhar importante reforço: os Correios e a Universidade de Fortaleza (Unifor) darão início ao projeto piloto de inserção de produtos da indústria cearense no mercado chinês, por meio de uma das plataformas de e-commerce do Alibaba Group (o Tmall.com). Os Correios oferecerão o apoio e orientação logísticos para uso da plataforma chinesa (que vende produtos de outros países para o mercado chinês), enquanto a Unifor fornecerá a consultoria técnica, por intermédio do Núcleo de Práticas em Comércio Exterior (Nupex), do curso de Comércio Exterior, formado por professores e alunos monitores.

O projeto, que conta com o apoio do Centro Industrial do Ceará (CIC) e do Instituto Euvaldo Lodi (IEL/CE), foi apresentado em dezembro na Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), para

representantes dos sindicatos da indústria cearense. Seis empresas foram pré-selecionadas para fazer parte do projeto piloto: Fortifix (segmento de tinta imobiliária), Biomatika, Madrevita, Irmãos Moreira e Pietro (cosméticos) e Point Suture (setor farmacêutico/hospitalar).

Segundo o presidente do CIC, José Dias de Vasconcelos Filho, as empresas foram escolhidas tendo como critério a produção de valor agregado mais alto, com tamanho e peso que se enquadram no volume máximo e de peso das embalagens já estipuladas pelos Correios. “Se o projeto piloto for positivo, é provável que outras empresas, que tenham esse perfil para exportar, também participem. Neste momento, entretanto, queremos muito mais do que volume: vamos aprender ‘a engatinhar’ no processo de exportação ou até mesmo de importação”, esclarece José Dias.

■ DOS 2,4 MILHÕES DE REVESTIMENTOS CERÂMICOS PRODUZIDOS PELA CERBRAS, 1,5% VÃO PARA 31 PAÍSES.



■ JANDAIA: SUCO DE CAJU CONCENTRADO PARA EMIRADOS ÁRABES UNIDOS.



Holanda, Angola e, agora, Emirados. “Já tivemos um percentual de exportação maior e estamos, neste momento, numa retomada das vendas externas; em negociação com a Rússia e Cabo Verde e com grandes perspectivas de negócios com outros países da Liga Árabe”, considera.

Atualmente a linha de sucos integrais e prontos para beber da Jandaia ultrapassa 30 produtos diferentes. A indústria ainda gera pelo menos 680 empregos diretos e atinge uma mão de obra de até 1.000 pessoas durante o período de colheita de parte do caju utilizado em sua produção.

EMPREENDEDORISMO

CV Couros foi premiada pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) em 2012 na categoria “Empresas – aumento das exportações de micro e pequena empresa”. A empresa tem 60 funcionários e capacidade para processar e comercializar 60 mil peles/mês de ovinos e caprinos, nos estágios de *wet-blue* (processo inicial de curtimento do couro) a acabado (bolsas, calçados e artefatos com variedade de cores, de acordo com lançamentos da moda nacional e internacional). Inaugurada em 1980 no bairro Álvaro Weyne, em Fortaleza, seu foco já era o mercado externo, com objetivo de agregar valor à matéria-prima do couro. À época, o Nordeste exportava peles *in natura*, sem

tratamento. Segundo a diretora da CV Couros, Márcia Oliveira Pinheiro, os primeiros países que compraram a produção da empresa foram os mesmos que compravam a matéria-prima ao natural: Itália, Espanha e Alemanha. “Atualmente, nossas últimas exportações têm sido para a Itália. Cerca de 30% da nossa produção é destinada ao mercado externo, mas esse número é bastante volátil, pois depende da demanda do mercado comprador, bem como a questão cambial”, esclarece. A CV Couros é filiada ao Sindcouros.

ÁFRICA

Os Estados Unidos e mais 14 países no continente africano formam o mercado externo moveleiro que a Tuboarte Móveis atende atualmente, com produção de 5 a 8 mil peças/mês, em diversas linhas de móveis para cozinha e dormitório. As primeiras exportações foram iniciadas em 2003. Com parque fabril de 40 mil metros quadrados, localizado no bairro Nova Brasília, em Jaguaribe, a produção diária da Tuboarte é de 3.900 peças/mês por 450 colaboradores, de acordo com o diretor presidente José Edson Nogueira de França.

O trabalho com o mercado externo foi reconhecido em 2001/2002 pelo Prêmio Exportador do Ano, concedido pela Comissão de Comércio Exterior do Ceará (CCE). “O reconhecimento nos representou a abertura de novos mercados”,

DO CEARÁ PARA O MUNDO

**TINTA IMOBILIÁRIA,
COSMÉTICOS E PRODUTOS
FARMACÊUTICO/HOSPITALAR**
CHINA (* JULHO/2015)

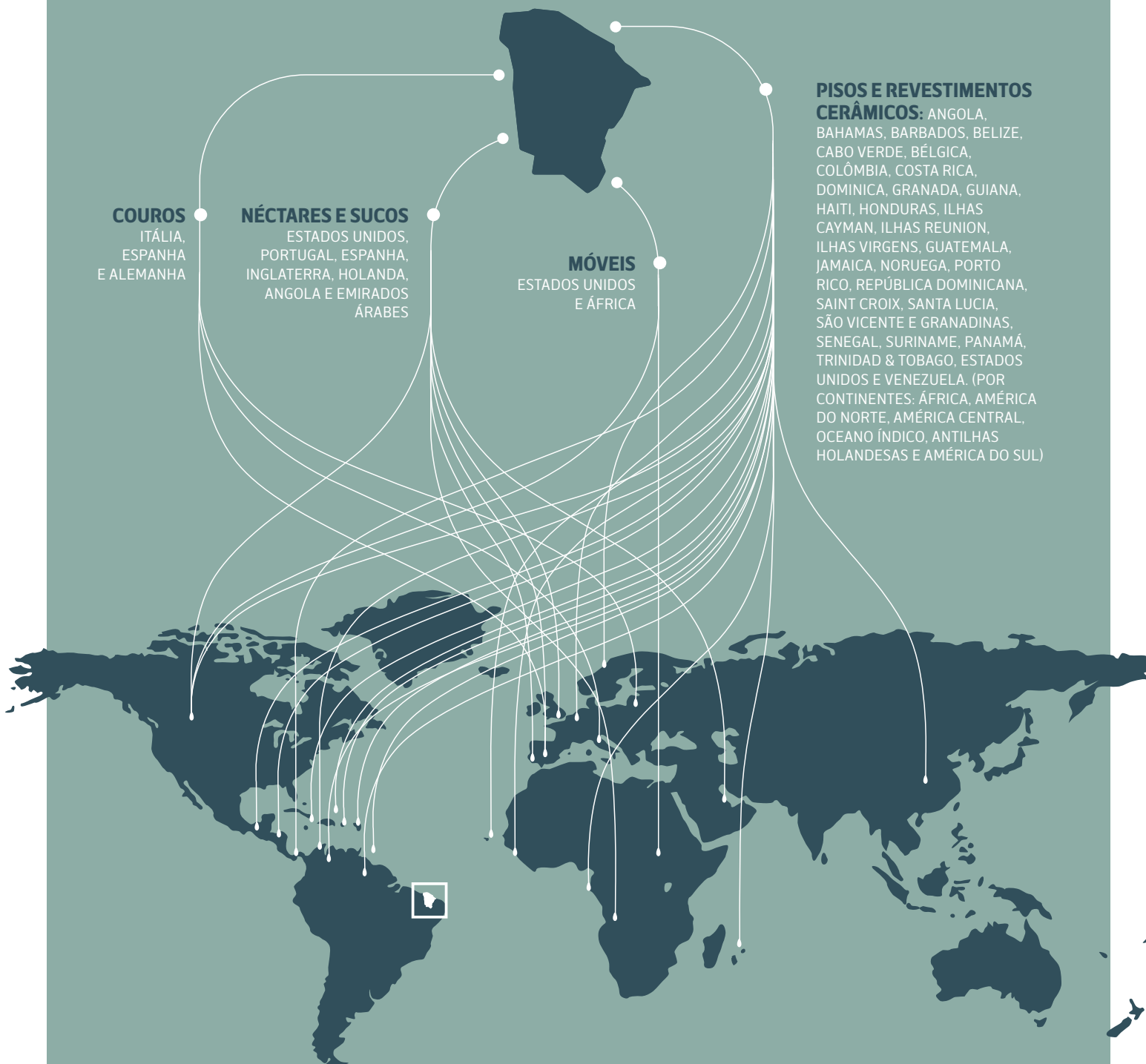
COUROS
ITÁLIA,
ESPANHA
E ALEMANHA

NÉCTARES E SUCOS
ESTADOS UNIDOS,
PORTUGAL, ESPANHA,
INGLATERRA, HOLANDA,
ANGOLA E EMIRADOS
ÁRABES

MÓVEIS
ESTADOS UNIDOS
E ÁFRICA

PISOS E REVESTIMENTOS CERÂMICOS:

ANGOLA,
BAHAMAS, BARBADOS, BELIZE,
CABO VERDE, BÉLGICA,
COLÔMBIA, COSTA RICA,
DOMINICA, GRANADA, GUIANA,
HAITI, HONDURAS, ILHAS
CAYMAN, ILHAS REUNION,
ILHAS VIRGENS, GUATEMALA,
JAMAICA, NORUEGA, PORTO
RICO, REPÚBLICA DOMINICANA,
SAINT CROIX, SANTA LUCIA,
SÃO VICENTE E GRANADINAS,
SENEGAL, SURINAME, PANAMÁ,
TRINIDAD & TOBAGO, ESTADOS
UNIDOS E VENEZUELA. (POR
CONTINENTES: ÁFRICA, AMÉRICA
DO NORTE, AMÉRICA CENTRAL,
OCEANO ÍNDICO, ANTILHAS
HOLANDESA E AMÉRICA DO SUL)



avalia França. O prêmio, com o objetivo de estimular as empresas cearenses a enfrentarem o desafio da exportação, é concedido mediante análise baseada em critérios técnicos, obtidos com o apoio da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

PULVERIZAÇÃO

O parque fabril da Cerâmicas do Brasil (Cerbras), em Maracanaú, região metropolitana de Fortaleza produz atualmente 2,4 milhões de metros quadrados de pisos e revestimentos cerâmicos. “Deste total, 1,5% são destinados à exportação para 31 países. Nossa primeira exportação aconteceu em 2004 e o primeiro país foi Cabo Verde”, explica o gerente comercial da indústria, Ricardo Veras.

As vendas são realizadas para países da África, América do Norte, América Central, Oceano Índico, Antilhas Holandesas e América do Sul, como Angola, Bahamas, Barbados, Belize, Cabo Verde, Bélgica, Colômbia, Costa Rica, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Honduras, Ilhas Cayman, Ilhas Reunion, Ilhas Virgens, Guatemala, Jamaica, Noruega, Porto Rico, República Dominicana, Saint Croix, Santa Lucia, São Vicente e Granadinas, Senegal, Suriname, Panamá, Trinidad & Tobago, Estados Unidos e Venezuela.

Com 608 funcionários, a Cerbras, fundada em 1991, foi finalista em 2012 do 4º Prêmio Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) na categoria “Diversificação de Mercado”. “Fomos a única fábrica de cerâmica a participar nesse quesito, pelo reconhecimento às nossas estratégias de comércio externo”, enfatiza o gerente comercial. ■





3.841

CERTIFICADOS DE ORIGEM
FORAM EMITIDOS PELO CIN
EM 2014 (JAN A OUT) – 7%
A MAIS EM COMPARAÇÃO AO
MESMO PERÍODO EM 2013.

Certificado de Origem: produtos cearenses mais competitivos

O Certificado de Origem (CO) é o documento que atesta a origem do produto a ser exportado e confere ao seu detentor o direito de se beneficiar dos acordos internacionais que concedem alíquotas preferenciais aos países participantes. Por conta do certificado, os produtos cearenses se tornam mais competitivos e com oportunidades de penetração nos mercados nos quais o Brasil mantém esse tipo de acordo.

Entre as vantagens, o exportador pode concorrer com preços competitivos, tornando a exportação mais eficiente e conquistando novos mercados. Também existe a possibilidade de concessão de redução total ou parcial de imposto de importação no

país de destino da mercadoria. A emissão do CO é pelo sistema COD BRASIL – www.cod.cni.org.br.

O interessado insere os dados da empresa e a aprovação eletrônica do certificado é emitida. Depois de obtida essa aprovação, o interessado deve comparecer ao Centro Internacional de Negócios (CIN) – <http://www.cin-ce.org.br/>, na Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), para obter a assinatura do documento. O certificado será emitido mediante a apresentação das vias do certificado de origem, fatura comercial e declaração do processo produtivo. Todos os documentos devem estar assinados pela empresa exportadora.

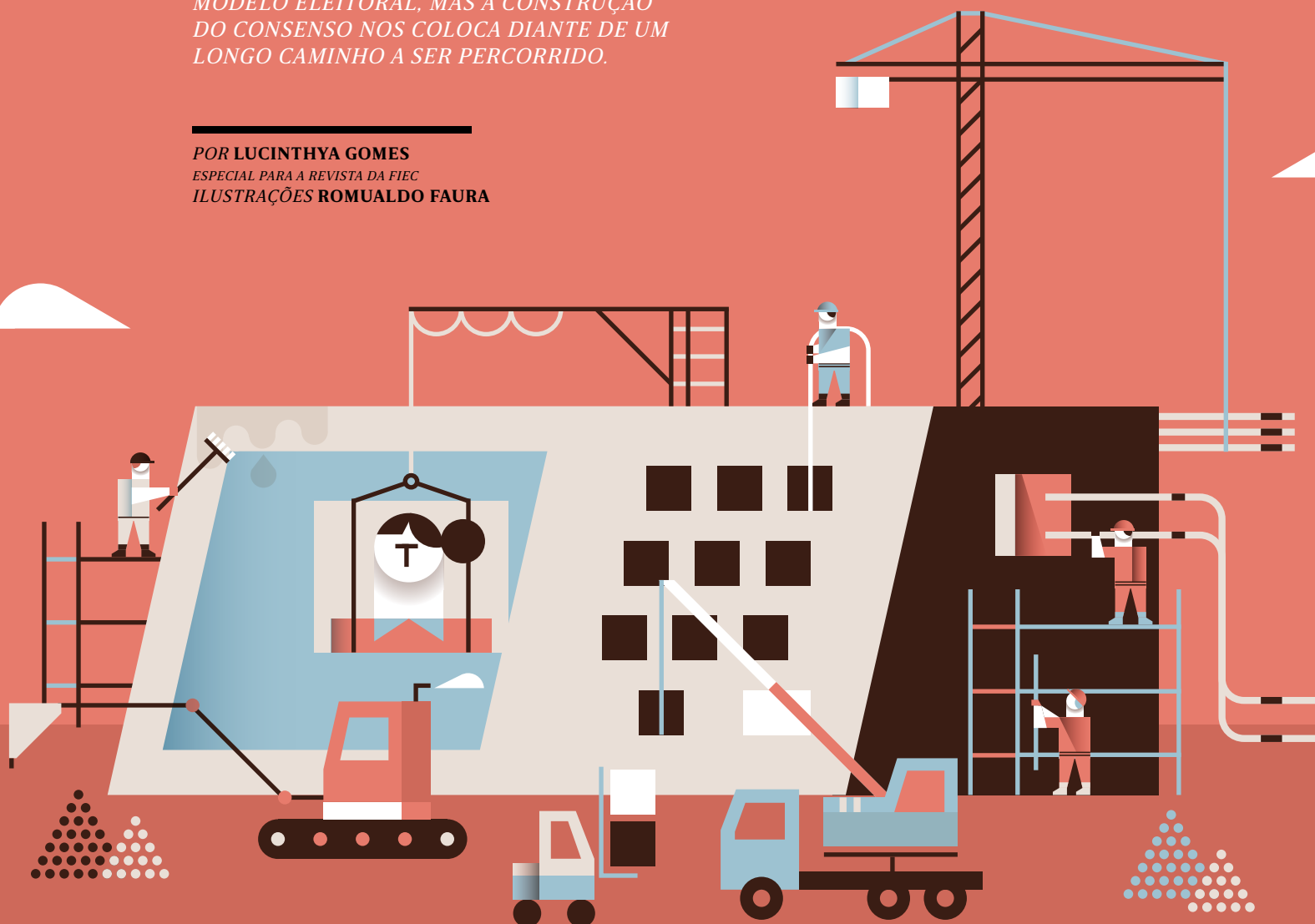
Reforma política. Tão desejada, mas de difícil consenso.

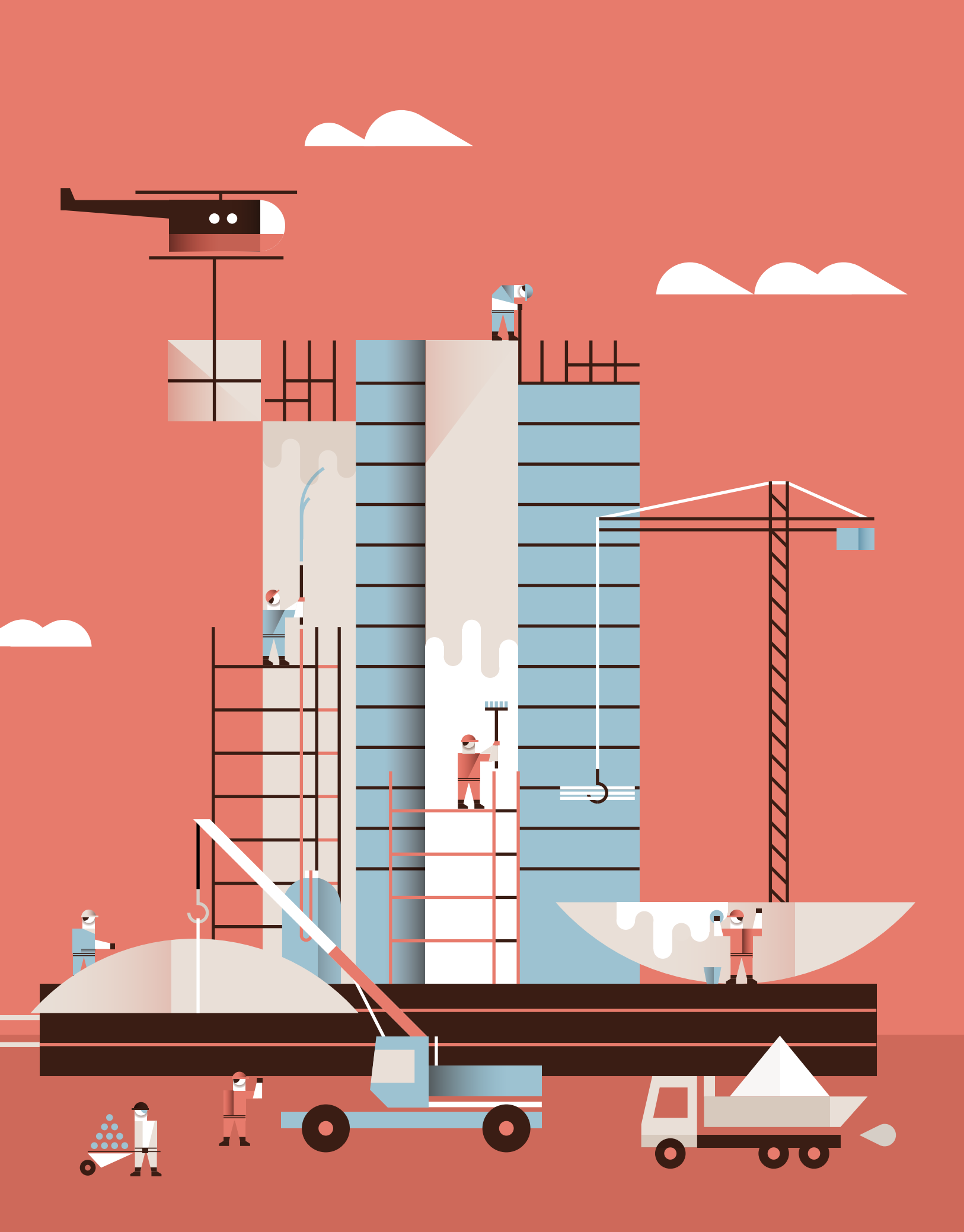
A REFORMA POLÍTICA É UM TEMA ANTIGO, SEMPRE RESSURGE COMO POSSIBILIDADE DE CORRIGIR DISTORÇÕES E VÍCIOS DO NOSSO MODELO ELEITORAL, MAS A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO NOS COLOCA DIANTE DE UM LONGO CAMINHO A SER PERCORRIDO.

POR LUCINTHYA GOMES

ESPECIAL PARA A REVISTA DA FIEC

ILUSTRAÇÕES ROMUALDO FAURA

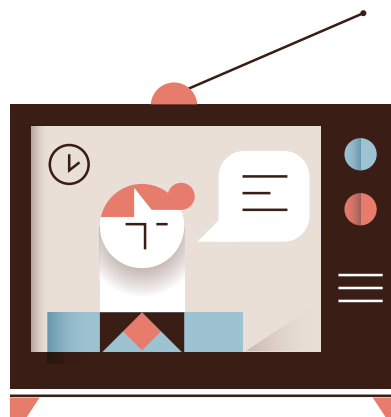




1

FIM DAS COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS

AS COLIGAÇÕES (UNIÃO DE DOIS OU MAIS PARTIDOS) SÃO PERMITIDAS NO MODELO ATUAL NAS ELEIÇÕES PARA VEREADORES, DEPUTADOS ESTADUAIS E FEDERAIS. ELAS SÃO DETERMINANTES NA DEFINIÇÃO DO TEMPO DE RÁDIO E TELEVISÃO NO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO. ELAS DEFINEM TAMBÉM O NÚMERO DE ELEITOS EM CADA PARTIDO, JÁ QUE AS VAGAS SÃO DISTRIBUÍDAS DE ACORDO COM A PROPORÇÃO DE VOTOS CONQUISTADOS PELOS PARTIDOS OU COLIGAÇÕES. O MODELO PERMITE QUE UM CANDIDATO COM MUITOS VOTOS AJUDE A ELEGER CANDIDATOS DA MESMA COLIGAÇÃO OU SIGLA COM MENOS VOTOS.



A bandeira da reforma política vem sendo hasteada quase como unanimidade, mas a pauta sempre gera debates acalorados, evidenciando profundas divergências até mesmo entre antigos aliados. Apesar de as manifestações de rua de 2013 terem feito o tema ressurgir com mais força, pautando as últimas eleições presidenciais, a discussão é antiga e tem dado o ar da graça gestão após gestão, independentemente do partido à frente do poder. Curioso é que, apesar de ser tão desejada, a reforma não avança no Parlamento.

2

CLÁUSULA DE BARREIRA

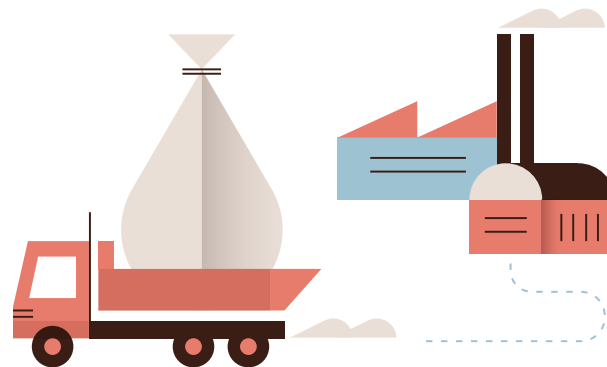
TAMBÉM CONHECIDA COMO CLÁUSULA DE EXCLUSÃO OU CLÁUSULA DE DESEMPENHO, É UMA NORMA QUE IMPEDE OU RESTRINGE O FUNCIONAMENTO PARLAMENTAR AO PARTIDO QUE NÃO ALCANÇAR DETERMINADO PERCENTUAL DE VOTOS. A REGRA DETERMINA QUE PARTIDOS QUE NÃO ATINGISSEM UM PISO DE VOTOS NACIONAIS NÃO TERIAM DIREITO À REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA. ALÉM DESSAS RESTRIÇÕES, PERDERIAM RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO E E FICARIAM COM TEMPO RESTRITO DE PROPAGANDA ELEITORAL EM REDE NACIONAL DE RÁDIO E DE TV.

Os escândalos de corrupção, a negociação de cargos públicos em troca de apoio político, a crise de representação, a participação massiva de grandes empresas como financiadoras de campanhas e a própria descrença dos eleitores no sistema político têm sido o combustível que move o debate. A reforma é apresentada como importante arma para combater os vícios e distorções do modelo vigente, mas cada ator do sistema político pensa um caminho diferente e o consenso parece ainda muito distante.

Hoje, partidos e sociedade civil têm-se mobilizado ou, pelo menos, se empenhado em demonstrar esforço para fazer a reforma política avançar. O Partido dos Trabalhadores (PT), da presidente Dilma Rousseff, tem colhido assinaturas com o objetivo de apresentar projeto de iniciativa popular que leve à frente suas propostas. A presidente Dilma Rousseff até encaminhou proposta de reforma ao Congresso, em resposta aos protestos de 2013, mas não vingou.

FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

É UM DOS PONTOS MAIS SENSÍVEIS NA DISCUSSÃO SOBRE REFORMA POLÍTICA. ENTRE AS PROPOSTAS: MANUTENÇÃO DO FINANCIAMENTO MISTO, COM RECURSOS PÚBLICOS E PRIVADOS; O FIM DAS CONTRIBUIÇÕES EMPRESARIAIS E DE PESSOAS FÍSICAS; PROIBIÇÃO DE DOAÇÕES POR EMPRESAS E PERMISSÃO DE DOAÇÕES POR PESSOAS FÍSICAS, SOMADAS A RECURSOS PÚBLICOS; O FINANCIAMENTO PÚBLICO EXCLUSIVO DE CAMPANHA. DENTRO DA POSSIBILIDADE DE DOAÇÕES DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS, HÁ QUEM DEFENDA A DEFINIÇÃO DE UM TETO DE DOAÇÕES.



Demora, descrença e impacto no setor privado

“Eu estou convicta de que a reforma nunca acontece, porque é preciso ter grande vontade popular e uma grande vontade do Congresso. Não basta o Poder Executivo querer”, afirma a vice-presidente nacional do PT e coordenadora da campanha pela reforma política proposta pela sigla, Gleide Andrade. Segundo ela, a reforma não se concretiza, porque temos um Congresso extremamente conservador, que não quer mexer nos próprios interesses.

O discurso de que mudar as regras do jogo eleitoral interfere diretamente nos interesses dos parlamentares e, por isso, a discussão se esvazia, é uníssono. Principal aliado do PT, o Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB) tem colhido opiniões de cidadãos por meio de um questionário, a fim de elaborar proposta que resulte em outro projeto de iniciativa popular. “A reforma política tem sido feita por aqueles que disputam mandato e isso faz com que cada um só pense no modelo que for benéfico para a própria eleição”, defende o deputado federal cearense, Danilo Forte.

Já o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), principal opositor do Governo Dilma, mantém também discussão avançada sobre as propostas. O deputado federal Marcus Pestana, do PSDB, reforça a falta de consenso, mas defende a necessidade de mudanças. “O modelo eleitoral brasileiro é um gargalo, fonte de inúmeros problemas. É grave. Falta *link* da sociedade com sua representação política. O mandato parlamentar é um cheque em branco e o deputado faz o que quer sem nenhum controle social”, argumenta, em defesa do fortalecimento dos partidos e de mudanças no modelo de financiamento de campanha.

Estudioso da temática economia das instituições, o economista Carlos Manso, consultor da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), considera natural o desânimo do brasileiro, que já espera há tanto tempo por mudanças no processo político. “Os efeitos dessa espera se potencializam quando inserimos no contexto outras reformas pendentes, igualmente importantes para o país. Mas, devemos considerar a complexidade da natureza da discussão.”

Ele defende a reforma como caminho para corrigir distorções, como enfraquecimento dos partidos e ideologias e vínculo frágil entre as demandas da sociedade e as ações de seus representantes. “O agravante é que isto se determina em um ambiente que permite financiamentos não muito claros de milionárias campanhas eleitorais.” Assim, Manso argumenta que

um processo político e eleitoral que permite que sejam desviadas verbas e coletadas propinas contribui para modificar a estrutura de escolha dos destinos dos recursos públicos. “E isso também provoca ineficiência, uma vez que investimentos importantes como a elevação do capital humano, possuem grandes chances de serem preteridos”, diz.

Para ele, há impactos negativos nas relações do Estado com o setor privado, o que provoca menores incentivos ao investimento e menor arrecadação de tributos. Segundo Manso, a qualidade dos arranjos institucionais é determinante para um quadro de justiça e eficiência e para explicar o nível de produto de uma economia. “Más instituições geram, por exemplo, redução de mercados, desvio de recursos públicos para setores não produtivos – como o combate à violência e às atividades ilícitas – e perda de legitimidade dos governantes.”

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

PT

Participação popular

Ampliação dos mecanismos de participação popular. Além de estar colhendo assinaturas para apresentar a reforma política como projeto de iniciativa popular, o PT propõe a realização de plebiscito e a convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva. Para o PT, convocar Constituinte exclusiva dá ao país as condições de discutir e votar a reforma política sem atrapalhar o dia a dia do Poder Legislativo.

Voto em lista preordenada

O partido define os candidatos das eleições proporcionais e preordena dentro da lista. Assim, o parlamentar eleito assume o compromisso com o projeto que o partido defendeu. Para o PT, o voto em lista valoriza os partidos, em vez de projetos pessoais ou corporativos disfarçados de interesse público.

Financiamento público exclusivo de campanha

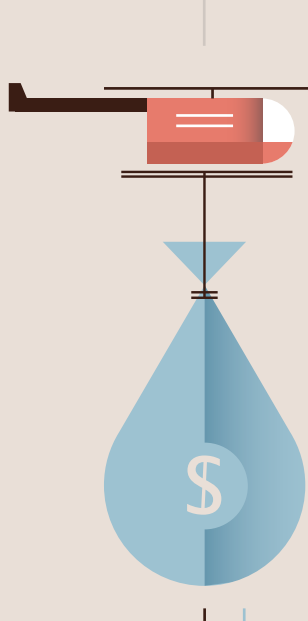
Seria o fim do financiamento privado. O financiamento público proporcionaria a isonomia de disputa entre os candidatos.

Representação política feminina

Com mais da metade do eleitorado, as mulheres têm menos de 10% das cadeiras no Poder Legislativo e, portanto, não estariam bem representadas. O PT propõe a paridade entre homens e mulheres no Legislativo, dividindo igualmente o número de cadeiras.

Unificação do calendário eleitoral

Não haveria mais eleições a cada dois anos.



PSDB

Participação Popular

Na avaliação do PSDB, a reforma política deveria ser discutida no Congresso Nacional e, depois de aprovada, submetida a um referendo.

Voto distrital misto

Os estados seriam divididos em distritos. Uma parte dos candidatos ao Legislativo seria eleita pelo distrito, como se fosse uma eleição majoritária. A outra parte seria eleita mediante a votação em lista definida pelo partido.

Mudança na suplência para senador

Reduz o número de suplentes para o Senado, de dois para um. Esse suplente só assumiria o cargo temporariamente, em casos de licenças temporárias do titular. Em caso de vacância definitiva, por morte, renúncia ou eleição para outro cargo, um novo titular seria eleito na eleição subsequente. Pela proposta do PSDB, ficaria proibido que o suplente seja parente até terceiro grau do titular.

Financiamento misto de campanha

As campanhas seriam financiadas com recursos públicos e com doações de empresas, mas com regras. O partido capta e metade dos recursos são distribuídos igualmente entre os candidatos da sigla.

Fim das coligações proporcionais

Nas eleições para deputado federal, estadual e vereador, ficam proibidas as coligações que permitem, hoje, que um candidato de um determinado partido seja eleito com votos obtidos por um candidato eleito por outra legenda coligada.

Cláusula de desempenho

Com ela, um partido deve ter um percentual mínimo de votos em uma quantidade determinada de estados para que goze de benefícios partidários, como representação na Câmara dos Deputados, indicação de líder de bancada, fundo partidário e tempo de TV, entre outros.

Fim da reeleição e mandato de cinco anos

Chefes do Executivo ficariam impossibilitados de concorrer às eleições e teriam cinco anos de mandato. Parlamentares também teriam mandato de cinco anos. O partido propõe ainda que as eleições para governador, prefeito, deputados estaduais e vereadores sejam unificadas no mesmo ano. Já as eleições para presidente da República, deputado federal e senador seriam realizadas no ano seguinte.

Mudança da regra para concessão de tempo de TV para propaganda eleitoral

Numa eleição majoritária, seriam computados os tempos de TV dos partidos que compõem a chapa, ou seja, do candidato e seu vice.

PMDB

A discussão ainda está em fase embrionária no PMDB. A Fundação Ulysses Guimarães está com a responsabilidade de ouvir a sociedade e com ela debater, para apresentar uma sugestão para o PMDB entregar ao Congresso Nacional. Contudo, o vice-presidente da República, Michel Temer concedeu entrevista no último mês de dezembro sobre o assunto, em que defendeu os seguintes tópicos:

Manutenção do financiamento por empresas

O financiamento privado por empresas seria mantido, com a condição de que elas apoiem somente uma candidatura.

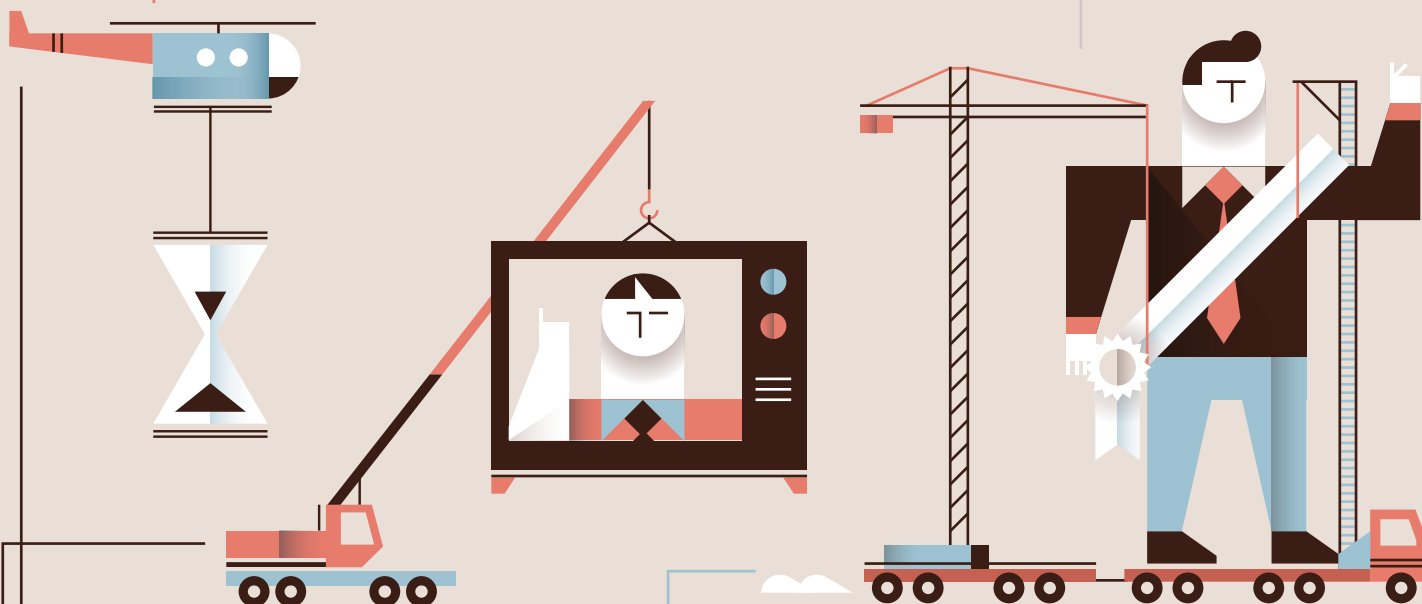
Fim da reeleição e extensão do mandato para seis anos

Fim do sistema proporcional

De acordo com ele, gera distorções e permite que um candidato seja eleito deputado com pouco mais de 280 votos e outro com mais de 120 mil votos não chegue ao Parlamento.

Voto distrital

Na opinião dele, poderia ser adotado nos municípios com mais de 200 mil habitantes e nos estados.



CNBB e OAB

Financiamento misto de campanha

Proíbe o financiamento de campanha por empresas, autoriza doações por pessoas físicas e adota o “financiamento democrático de campanha”, que seria constituído por recursos do Orçamento Geral da União, multas administrativas e penalidades eleitorais. Os recursos do Fundo serão destinados exclusivamente aos partidos políticos. No segundo turno das eleições proporcionais, os candidatos receberão do partido recursos em igualdade de condições. O financiamento de pessoas físicas será de, no máximo, R\$ 700,00, corrigidos por índices oficiais, a cada eleição. E o total dessas contribuições não poderá ultrapassar 40% dos recursos públicos destinados ao candidato.

Eleições proporcionais em dois turnos

No primeiro turno, o voto será dado ao partido, que apresentará lista preordenada de candidatos. Com base no quociente eleitoral será definido o número de vagas parlamentares a serem preenchidas por cada partido. No segundo turno, o voto será dado ao candidato. Participarão do segundo turno os candidatos equivalentes ao dobro das vagas obtidas por cada partido. Caberá ao eleitor dar a palavra final sobre quais os candidatos serão os eleitos.

Paridade de gênero na lista preordenada

Estabelece a alternância de gênero na composição da lista partidária. Essa medida visa que a destinação de 50% das vagas de candidatos para mulheres contribua fortemente para mudar o quadro discriminatório atual.

Fortalecimento dos mecanismos da democracia direta com a participação da sociedade em decisões nacionais importantes

As grandes questões nacionais só poderão ser decididas pelos mecanismos da democracia direta. Entre tais questões estão concessões de serviços públicos, privatizações, construção de obras de grande impacto ambiental, alienação de bens públicos, entre outros. A proposta da OAB formula uma nova regulamentação dos instrumentos de democracia direta: plebiscito, referendo e projetos de iniciativa popular.

Manutenção das coligações partidárias

No lugar de extinguir as coligações, a proposta estabelece que a coligação somente seria possível com base em programas políticos convergentes.

DEMORA

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), juntamente com várias outras entidades, também têm sua proposta de projeto de iniciativa popular. Para o presidente da OAB – Secção Ceará, Valdetário Monteiro, a discussão da reforma por políticos é como uma cortina de fumaça. “Fala-se muito da reforma exatamente para não fazê-la”. Para ele, os atuais atores do processo político têm resistência ao tema por receio de perder espaço. “Só que o país não aguenta mais. O peso econômico das eleições faz com que muitos desistam da disputa”, afirma.

Os prejuízos sobre a não votação da reforma política dividem opiniões. Para a vice-presidente do PT, esta reforma é mãe de todas as outras, incluindo a tributária e a trabalhista. “No dia que o país conseguir fazer a reforma política, a gente vai fazer as outras. Se não fizermos essa, não vamos avançar nas demais”. Já Danilo Forte defende que a política não tem incidência direta sobre as demais. “A reforma política tem predicados e condicionantes diferenciadas. A tributária depende muito mais do Poder Executivo Federal e dos governos estaduais. É uma guerra muito grande” ■

O processo eleitoral nos últimos 100 anos



Primeira República (1889–1930)

1916 – AUMENTOU O RIGOR QUANTO À COMPROVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA VOTAR, DEVENDO O ELEITOR PROVAR: IDADE, CAPACIDADE DE ASSEGURAR SUA SUBSISTÊNCIA, SABER LER E ESCREVER.

1932 – COM O CÓDIGO ELEITORAL DE 1932, O VOTO FEMININO PASSOU A SER FACULTATIVO E O VOTO SECRETO FOI FIXADO. A ELEIÇÃO DE CANDIDATOS SEM PARTIDO CONTINUOU SENDO POSSÍVEL, MAS TORNOU-SE OBRIGATÓRIO O REGISTRO PRÉVIO DE TODAS AS CANDIDATURAS, ANALFABETOS, MENDIGOS E PRAÇAS DE PRÉ AINDA ESTAVAM PROIBIDOS DE VOTAR.

1934 – A CONSTITUIÇÃO ESTABELECEU O VOTO SECRETO E UNIVERSAL, CONTUDO, ANALFABETO CONTINUOU PROIBIDO DE VOTAR.

1935 – FOI REDUZIDA A IDADE MÍNIMA PARA VOTAR DE 21 PARA 18 ANOS E O VOTO DAS MULHERES QUE EXERCIAM FUNÇÃO PÚBLICA REMUNERADA TORNOU-SE OBRIGATÓRIO. CONTUDO, ESSAS NORMAS NUNCA FORAM COLOCADAS EM PRÁTICA, PORQUE, ANOS DEPOIS, OCORREU O GOLPE DO ESTADO NOVO.



Estado Novo (1937–1945)

1937 – NO ESTADO NOVO, GETÚLIO VARGAS EXTINGUIU A JUSTIÇA ELEITORAL E ABOLIU OS PARTIDOS POLÍTICOS QUE EXISTIAM. ATÉ 1945, NÃO HOUVE ELEIÇÕES NO BRASIL. AS CASAS LEGISLATIVAS FORAM DESATIVADAS E A DITADURA NOMEOU INTERVENTORES NOS ESTADOS.



República Democrática (1945–1964)

1945 – A LEI AGAMENON RESTABELECEU A JUSTIÇA ELEITORAL E PASSOU A OBRIGAR OS CANDIDATOS A TEREM PARTIDOS POLÍTICOS, QUE DEVERIAM TER CARÁTER NACIONAL. O CÓDIGO TROUXE DISPOSITIVOS PARA A MORALIZAÇÃO DO PLEITO E PREVIU PUNIÇÕES COM PRISÃO PARA QUEM TENTASSE BURLAR O PROCESSO.

1946 – A CÂMARA DOS DEPUTADOS E O SENADO FEDERAL PASSARAM A FUNCIONAR COMO PODER LEGISLATIVO. A NOVA CONSTITUIÇÃO PROIBIU A INSCRIÇÃO DE UM MESMO CANDIDATO EM MAIS DE UM ESTADO.

1955 – FOI CRIADA A CÉDULA DE VOTAÇÃO OFICIAL, QUE GARANTIU A LIBERDADE E SIGILO DO VOTO.



Regime Militar (1964–1985)

1964 – O ATO INSTITUCIONAL Nº 1 ESTABELECEU ELEIÇÃO INDIRETA PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA. SUSPENDEU GARANTIAS DE VITALICIEDADE DOS MAGISTRADOS E ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS POR SEIS MESES. ALÉM DISSO, AUTORIZOU O COMANDO SUPREMO DA REVOLUÇÃO A CASSAR MANDATOS EM QUALQUER NÍVEL E SUSPENDER DIREITOS POLÍTICOS PELO PRAZO DE DEZ ANOS, SEM NECESSIDADE DE APRECIACÃO JUDICIAL. O AI Nº 1 VALEU ATÉ 31 DE JANEIRO DE 1966.

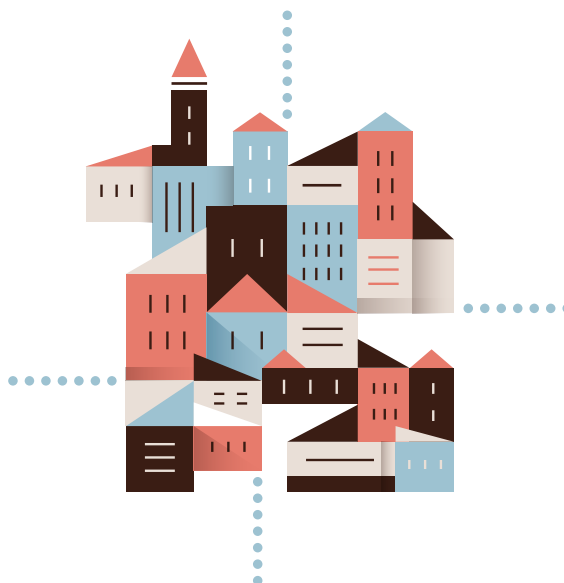
1965 – O ATO INSTITUCIONAL Nº 2 EXTINGUIU OS PARTIDOS POLÍTICOS E PERMITIU DECRETAR RECESSO PARLAMENTAR (EM TODOS OS NÍVEIS), FICANDO O PODER EXECUTIVO RESPONSÁVEL POR LEGISLAR ENQUANTO DURASSE O RECESSO. O AI Nº 2 VIGOROU ATÉ 15 DE MARÇO DE 1967.

1966 – O ATO INSTITUCIONAL Nº 3 ESTABELECEU ELEIÇÃO INDIRETA PARA GOVERNADORES, QUE NOMEARIAM OS PREFEITOS DAS CAPITAIS, APÓS APROVAÇÃO DAS RESPECTIVAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS. APENAS NAS CIDADES QUE NÃO FOSSEM CAPITAIS OS PREFEITOS SERIAM ELEITOS DIRETAMENTE.



VOTO DISTRITAL PURO

O ESTADO SERIA DIVIDIDO EM PEQUENAS ÁREAS E CADA PARTIDO PODERIA APRESENTAR UM CANDIDATO POR DISTRITO. O MAIS VOTADO EM CADA DISTRITO TERIA DIREITO À VAGA NA CÂMARA. O SISTEMA PODE CONTAR COM SEGUNDO TURNO, CASO NENHUM DOS CANDIDATOS OBTENHA MAIORIA ABSOLUTA NO PRIMEIRO TURNO.



Nova República (1985)

1968 - O ATO INSTITUCIONAL Nº 5 FOI O PONTO ALTO DA SEVERIDADE NO REGIME MILITAR. MANTEVE A POSSIBILIDADE DA CASSAÇÃO DE DIREITOS POLÍTICOS E DE MANDATOS POR ATÉ DEZ ANOS. QUEM TIVESSE SIDO ALVO DESSAS CASSAÇÕES, ALÉM DE NÃO EXERCER SEUS DIREITOS POLÍTICOS, PODERIA TER LIBERDADE VIGIADA E SER PROIBIDO DE FREQUENTAR DETERMINADOS LUGARES.

1978 - DURANTE A GESTÃO DO PRESIDENTE ERNESTO GEISEL, CAI O AI-5. O EXECUTIVO FICOU PROIBIDO DE DETERMINAR RECESSO PARLAMENTAR, CASSAR MANDATOS, DEMITIR SERVIDORES PÚBLICOS E PRIVAR OS CIDADÃOS DOS DIREITOS POLÍTICOS.

1979 - A LEI Nº 6.767 EXTINGUIU O MDB E A ARENA, E PERMITIU O SURGIMENTO DE NOVOS PARTIDOS. A DESIGNAÇÃO DE PARTIDO NÃO PODERIA SER UTILIZADA COM BASE EM CRENÇAS RELIGIOSAS OU SENTIMENTOS DE RAÇA OU CLASSE. DEFINIU REQUISITOS PARA A FORMAÇÃO DESSOS PARTIDOS E REGULOU AS ESTRUTURAS INTERNAS DE FUNCIONAMENTO.

1988 - A CONSTITUIÇÃO DE 1988 DETERMINOU A REALIZAÇÃO DE PLEBISCITO PARA DEFINIR A FORMA (REPÚBLICA OU MONARQUIA CONSTITUCIONAL) E O SISTEMA DE GOVERNO (PARLAMENTARISMO OU PRESIDENCIALISMO). PRESIDENTE E GOVERNADORES, BEM COMO OS PREFEITOS DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 200 MIL ELEITORES, SERIAM ELEITOS POR MAIORIA ABSOLUTA OU EM DOIS TURNOS, SE NENHUM CANDIDATO ALCANÇASSE A MAIORIA ABSOLUTA NA PRIMEIRA VOTAÇÃO. NOS MUNICÍPIOS COM MENOS DE 200 MIL ELEITORES, OS CHEFES DO EXECUTIVO SERIAM ELEITOS, EM TURNO ÚNICO, POR MAIORIA SIMPLES. O MANDATO DO PRESIDENTE SERIA DE CINCO ANOS E A REELEIÇÃO ERA VEDADA. PERMITIU VOTO AO ANALFABETO, DIMINUIU A IDADE MÍNIMA DO VOTO PARA 16 ANOS, AMPLIOU OS PODERES DO CONGRESSO NACIONAL E TAMBÉM GARANTIU NOVOS DIREITOS SINDICAIS. OS PARTIDOS POLÍTICOS PASSARAM A TER CARÁTER DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, COM AMPLA AUTONOMIA, SENDO LIVRE A CRIAÇÃO, FUSÃO E CANCELAMENTO DE REGISTROS DE PARTIDOS.

1993 - A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 ESTABELECEU QUE A LEI QUE ALTERASSE O PROCESSO ELEITORAL SOMENTE SERIA APLICADA UM ANO APÓS SUA VIGÊNCIA.

1994 - O MANDATO PRESIDENCIAL PASSA DE CINCO PARA QUATRO ANOS.

1997 - PASSA A SER PERMITIDA A REELEIÇÃO PARA OS CARGOS DE PREFEITO, GOVERNADOR E PRESIDENTE.

1997 - A LEI DAS ELEIÇÕES ESTABELECEU DATA DAS ELEIÇÕES, CARGOS QUE ESTARÃO EM DISPUTA, CRITÉRIOS PARA O RECONHECIMENTO DO CANDIDATO ELEITO, EM ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS, E, AINDA, NORMAS SOBRE COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS, PERÍODO PARA AS CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS DE ESCOLHA DE CANDIDATOS, PRAZOS DE REGISTRO DE CANDIDATURAS, FORMA DE ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS, PRESTAÇÃO DE CONTAS, PESQUISAS PRÉ-ELEITORAIS, PROPAGANDA ELEITORAL E FISCALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES.

FONTE: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



Quando a reforma sai da cartola

A reforma política é uma discussão que não avança, mas sempre volta à tona. Na opinião do cientista político Valmir Lopes, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), isso ocorre porque existe a ideia de que o sistema político brasileiro está caduco, como se não desse mais conta das demandas da sociedade. Existe ainda o diagnóstico da falta de governabilidade, já que, para formar a base de aliados e aprovar seus projetos, o Executivo precisa negociar com partidos.

Ele aponta ainda a crença de que a reforma evitaria a contaminação do poder econômico no processo eleitoral e de que, hoje, existe carência de representatividade. No entanto, mesmo reconhecendo algumas distorções que existem no sistema político, ele discorda da necessidade de reforma

política. “Esse assunto sempre vem à tona quando o governo não sabe o que fazer, diante de distúrbio, crise política. Daí, ele puxa a reforma da gaveta como solução”, opina.

Já a oposição, diz Valmir, quando cobra reforma política, é porque tem interesse em alterar a regra do jogo, por acreditar que está em desvantagem no molde vigente. Quando a situação pauta o tema, ele ressalta o risco de golpe, já que quem está no poder trabalhará por regras que o mantenham no jogo. “É preciso entender que o sistema político brasileiro funciona bem e temos distorções. Uma proposta que encaminhasse o fim das coligações, a cláusula de barreira e o fim do financiamento privado limparia por completo as distorções do sistema”, defende.

5

VOTO DISTRITAL MISTO

METADE DOS DEPUTADOS SERIA ELEITA PELOS DISTRITOS. A OUTRA METADE SERIA ESCOLHIDA PELO SISTEMA DE LISTA FECHADA. CADA PARTIDO ORGANIZA UMA RELAÇÃO DE NOMES E A APRESENTA AOS ELEITORES. SERIAM DUAS VOTAÇÕES: A PRIMEIRA NO CANDIDATO DISTRITAL E A SEGUNDA NA LISTA. QUANTO MAIS VOTOS UM PARTIDO RECEBER, MAIS NOMES DE SUA LISTA SERÃO ELEITOS – OS QUE ESTÃO NO TOPO LEVAM VANTAGEM.

6

LISTA FECHADA

OS CANDIDATOS SÃO APRESENTADOS EM ORDEM FIXA, DETERMINADA PELO PARTIDO, QUE DEVE SER SEGUIDA NA HORA DE DISTRIBUIR AS VAGAS NA CÂMARA. O ELEITOR VOTA NA LISTA QUE MAIS O AGRAVAR, SEM A POSSIBILIDADE DE ALTERAR A ORDEM DOS CANDIDATOS.

7

LISTA FLEXÍVEL

NESTE CASO, OS PARTIDOS APRESENTAM OS CANDIDATOS, MAS OS ELEITORES PODEM ALTERAR A ORDEM, INDICANDO QUEM ELES GOSTARIAM QUE FOSSE O PRIMEIRO DA LISTA.

8

PARIDADE DE GÊNERO

A PROPOSTA VISA A GARANTIR O EQUILÍBRIO ENTRE REPRESENTANTES DE AMBOS OS SEXOS NO CONGRESSO NACIONAL.

CHEGOU O PRIMEIRO EDIFÍCIO A+ DE FORTALEZA.

A mais alta graduação
de qualidade internacional.



BANDO



SALAS COMERCIAIS DE
22,73 m² A 64,43 m²

LAJES CORPORATIVAS DE
326,47 m²

MALL COM
4.200 m² DE ABL

**1.527 VAGAS
DE ESTACIONAMENTO**

25 ELEVADORES

HELIPONTO

O BS DESIGN ultrapassa os limites da acessibilidade, do conforto, da inovação e da sustentabilidade. São duas torres construídas sobre uma grande praça de convívio público-privado, que vai ampliar o conceito de gentileza urbana. Venha para o BS DESIGN e faça sua empresa dar um salto para o futuro.



BSDESIGN
CORPORATE TOWERS

Um salto para o futuro.

VISITE STAND E DECORADO

Av. Des. Moreira, 1.300 - Aldeota

VENDAS 85 3052.3511 OU CONSULTE SEU CORRETOR. bsdesign.com.br



Todas as perspectivas presentes nesta peça publicitária são ilustradas. Fotos, cores e ilustrações têm caráter exclusivamente promocional, por se tratar de um bem a ser construído. Os móveis e acessórios ilustrados nesta peça publicitária não integram o imóvel colocado à venda. Áreas comuns entregues equipadas e decoradas conforme Memorial Descritivo. Empreendimento com Registro de Incorporação nº R-10-15.909 da Matrícula nº 15.909 do Cartório de Registro de Imóveis da 4ª Zona.

Agenda

DO DESENVOLVIMENTO

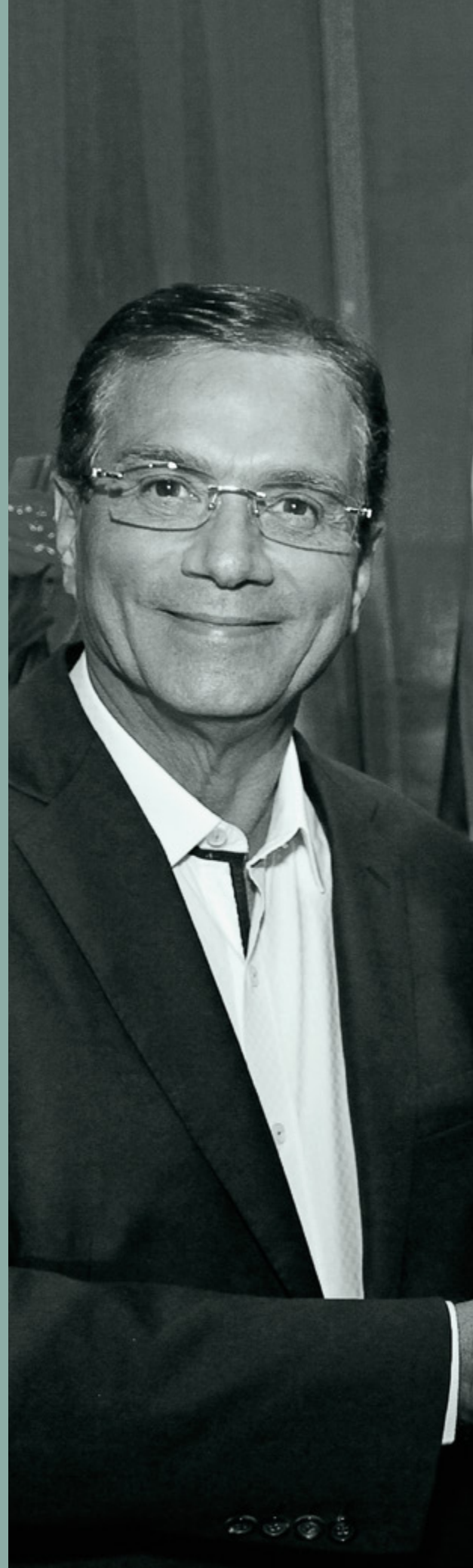
A FIEC ELABOROU DOCUMENTO COM SUGESTÕES SOBRE TEMAS TRANSVERSAIS, COMO SAÚDE E SEGURANÇA, E QUESTÕES ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E DA ECONOMIA CEARENSES.

POR CAMILA GADELHA
FOTOS J. SOBRINHO

A indústria cearense contribuiu com 21,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado em 2013. Em termos de ICMS, participou com 19,9% do total arrecadado em 2012. No que diz respeito às exportações, o setor industrial contribuiu, em 2013, com US\$ 1,09 bilhão, correspondendo a 76,6% do total exportado pelo estado (US\$ 1,42 bilhão). Os números mostram a importância do segmento para a economia cearense. Para impulsionar o setor e contribuir com o desenvolvimento do Ceará, a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) elaborou agenda de sugestões para o novo governo estadual.

A Agenda da Indústria foi entregue em novembro pelo presidente da FIEC, Beto Studart, ao governador Camilo Santana (PT), em evento na Casa da Indústria, com presença de mais de 400 pessoas. Na ocasião, Beto Studart colocou as casas e os serviços que compõem o Sistema FIEC à disposição do Governo do estado para, em parceria, com o setor produtivo promover ações voltadas à capacitação de mão de obra, inovação, aumento de produtividade e competitividade.

“Estamos certos de que as proposições apresentadas, uma vez acatadas e conduzidas, servirão para superarmos os obstáculos que se interpõem ao desenvolvimento econômico do nosso estado e, em consequência, limitam as conquistas sociais de nossa população”, sugeriu o presidente da federação.





AGENDA DA INDÚSTRIA DO
CEARÁ
Proposições ao Novo Governo 2015-2018

FIEC

FIEC
DESI
SENAI
IEL
INDI
FIRE-SO

Sistema F

O documento foi construído com base na contribuição dos sindicatos filiados à federação, sob a coordenação do presidente do Conselho de Economia, Finanças e Tributação (Cofin), Fernando Castelo Branco. Composto de 120 páginas, reúne mais de 100 propostas que têm, como alvo, a formação de ambiente que permita maior geração de emprego e renda, por meio do fortalecimento do setor industrial.

Além de temas econômicos, a agenda traz propostas baseadas no pressuposto de que uma visão social impõe a adoção de postura mais que corporativa, por isso aponta ações em questões transversais, como saúde e segurança pública. “A intenção é emprestar nossa visão pragmática de modo a contribuir para a formulação e adoção de políticas públicas que transformem nossa realidade socioeconômica, levando o Ceará à posição de destaque no cenário nacional”, explica Beto Studart.

O trabalho contempla propostas nas áreas de planejamento; infraestrutura social (educação, capacitação, saúde, habitação, segurança, meio ambiente); infraestrutura econômica e logística (energia, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, logística, recursos hídricos); pesquisa, desenvolvimento e inovação; e tributação.

1. Planejamento e produtividade no serviço público

EMBORA O PODER PÚBLICO SEJA INSTRUMENTO DA COMUNIDADE PARA A PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR, ACONTECEM DESVIOS DE INEFICIÊNCIA DA AÇÃO GOVERNAMENTAL E RITUAIS BUROCRÁTICOS QUE EMPERRAM AS RELAÇÕES COM CIDADÃOS, ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL, EMPRESAS E PROTAGONISTAS EM GERAL.

Para superar esses problemas, a agenda sugere reorganização da estrutura governamental, associada à renovação da postura cultural, em três aspectos: planejamento, desenvolvimento econômico e desburocratização.

De acordo com a agenda, é necessário criar diretrizes voltadas para ações de médio e longo prazos, bem como definir rumos para delinear um projeto de Ceará, por meio do estabelecimento de práticas de pesquisa, planejamento e acompanhamento. Quanto à desburocratização, foram sugeridos pontos para dar mais agilidade aos processos públicos e destravar as demandas do setor produtivo.

- Substituição do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico (Cede) por Secretaria de Desenvolvimento Econômico, destinada a ser a principal ponte de interlocução com o setor empresarial. A esta secretaria seriam vinculadas a Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará (Adece), Zona de Processamento de Exportação (ZPE), Ceará Portos, Junta Comercial e Centro de Eventos.
- Criação de Conselho de Interlocução Governo-Empresa, integrado permanentemente por representantes dos setores produtivos e das secretarias da Fazenda, Planejamento, Ciência e Tecnologia, Infraestrutura, Meio Ambiente, e Agricultura.
- Revitalização das câmaras setoriais da Adece.
- Articulação com os municípios e com o setor produtivo, para implantação da Redesim em todos os municípios da região metropolitana de Fortaleza e naqueles com mais de 50 mil habitantes.

2. Infraestrutura social

APESAR DO PANORAMA SOCIAL E ECONÔMICO DO CEARÁ APRESENTAR ASPECTOS POSITIVOS, HÁ DEFICIÊNCIAS A SUPERAR. COM ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) DE 0,682, O ESTADO PREOCUPA EM ASPECTOS COMO EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE.

Em educação, as sugestões da Agenda da Indústria estão voltadas ao ensino médio, técnico e superior, mas também para o ensino básico. Em termos de saúde, um requisito para a mão de obra proativa, as propostas giram em torno das unidades hospitalares, profissionais de saúde e provimento de medicamentos e vacinas. Na questão habitacional, dois focos: a questão social e indicação de demandas em potencial.

Sobre segurança, as estatísticas sobre violência evidenciam a necessidade de políticas mais eficazes. Entraves nas políticas ambientais são alguns dos principais problemas das indústrias e, neste sentido, as sugestões apontam para ações de desburocratização, agilidade em licenciamentos e que evitem a superposição de atribuições das instâncias municipal, estadual e federal.

- Diagnóstico da educação no Ceará sobre temas como repetência, evasão, permanência do aluno na escola, estreitamento das relações escola-família, merenda escolar, formação e remuneração de professores, infraestrutura e modernização de escolas, interdisciplinaridade com empreendedorismo, uso de recursos eletrônicos, ensino de língua inglesa.
- Alinhamento de universidades estaduais (Uece, UVA e Urca) com demandas do setor produtivo.

- Criação do Instituto do Semiárido.
- Avaliação de grade curricular das escolas, com destaque para ciências e matemática.
- Criação de grupo permanente de consulta para formação de mão de obra, em interação com o setor produtivo e agentes de capacitação, evitando superposição.
- Avaliação e atendimento das carências em saúde quanto a número de unidades hospitalares, número de médicos e profissionais de saúde, provimento de vacinas e medicamentos essenciais e leitos em UTI.
- Adoção de sistema de regime especial de tributação pelo ICMS, aplicável às obras de construção de conjuntos habitacionais populares, especialmente às do Programa Minha Casa Minha Vida, abrangendo todos os elos da cadeia produtiva.
- Estímulo à elaboração de planos diretores em municípios com mais de 20 mil habitantes.
- Soluções para superar os problemas da segurança, em articulação com demais instâncias de poder.
- Estímulo aos municípios para criação de órgãos ambientais e conselhos.
- Redefinir as competências do Conpam e da Semace.
- Aumento de prazo de validade de licença ambiental para empresas vencedoras de premiações ambientais.
- Adoção de compensação tributária para empresas que investem em práticas de Produção Mais Limpa.
- Transferência da gestão florestal para estados e municípios, respeitando o papel da União no estabelecimento de diretrizes gerais.
- Extensão da abrangência das iniciativas individuais ou coletivas de manutenção, recuperação ou melhoramento das condições ambientais, como a manutenção da Reserva Legal, Área de Preservação Permanente, recuperação de áreas degradadas e atividades de reciclagem.
- Adoção de lei específica para a criação de Unidades de Conservação Estaduais, que resulte em desapropriação, com consulta aos municípios e à sociedade afetada.
- Retorno da competência das Unidades de Conservação para a Semace.
- Condicionar a concessão de Licença de Instalação a novas empresas utilizadoras de combustível vegetal para a prática do manejo florestal.
- Fortalecimento e alinhamento da participação representativa e qualificada da indústria na formulação das políticas pertinentes, por via da presença proativa dos colegiados do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos (Singerh).
- Desoneração tributária dos resíduos sólidos reaproveitados como matéria-prima ou insumo pela indústria.
- Redução dos tributos sobre setores obrigados a implementar sistema de logística reversa pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.

3. Infraestrutura econômica e logística

NOS ÚLTIMOS ANOS, O CEARÁ TEM ALCANÇADO CONQUISTAS IMPORTANTES EM INFRAESTRUTURA ECONÔMICA.

Nos últimos anos, o Ceará tem alcançado conquistas importantes em infraestrutura econômica. Apesar dos avanços, áreas como logística, energias renováveis, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, parque de tancagem de combustíveis, armazenagem, ZPE, distritos industriais e recursos hídricos estão incluídas na agenda, com sugestões de melhorias no sentido de impulsionar a indústria e o desenvolvimento econômico.

- Priorizar a formação de grupo de trabalho composto por empresários e representantes do governo para rever e implementar o Plano Diretor de Logística e Transporte do Estado do Ceará (PDL), elaborado pelo DER/Seinfra.
- Atuação junto ao Governo Federal para ampliar a rede básica de transmissão e de subestações de conexão.
- Atualização do mapeamento do potencial eólico do CE.
- Reformulação do Fundo de Incentivo à Energia Solar (Fies) para ampliar os incentivos à implantação de usinas solares.
- Correção de distorções de tarifas praticadas pela Coelce.
- Articulação com a Arce para que a Coelce faça ligações de energia demandadas e corrija oscilações e paralisações do sistema de distribuição.
- Redução de custos e implementação de plano de expansão de rede de cobertura de gás natural.
- Fomento à produção de equipamentos para geração de energia renovável e sua utilização nas modalidades micro e minigeração distribuída.
- Isenção de ICMS aos autogeradores de energia no sistema de micro e minigeração distribuída.
- Realização de estudos aprofundados para reduzir alíquota do ICMS incidente sobre energia elétrica.
- Pavimentação de vias de maior fluxo, com revisão de especificações para tráfego pesado.
- Priorização da implantação do Arco Rodoviário.
- Articulação com o Governo Federal para revisão do Plano Nacional de Logística e inserção de ramais de conexão com Transnordestina.
- Ampliação e compatibilização funcional da infraestrutura e equipamentos operacionais dos portos, bem como da retroárea portuária.

- Proatividade da administração da Ceará Portos em prol do aumento das linhas de navegação comercial.
- Implantação de ações que permitam redução das tarifas e de tempo nas operações de carga, descarga, armazenagem e inspeção.
- Implantação do terminal intermodal de cargas.
- Implantação do projeto Porto sem Papel, com conversão da papelada em um Documento Único Virtual (DUV).
- Maior interação entre Sefaz e Ceará Portos.
- Expansão da infraestrutura para atracação de cargas de grãos e cereais, a granel.
- Reserva de terreno na retroárea do porto, de dimensão compatível com movimentação de carga e descarga de *containers* de chapas e blocos de granito.
- Atenção aos aeroportos regionais para melhor se adequarem à operação de voos comerciais regulares.
- Realização de estudos para implantação de Aeroporto Internacional de Cargas no entorno do Cipp.
- Transferência do Parque de Tancagem do Mucuripe para Porto do Pecém.
- Articulação com Governo Federal para implantação de rede de armazenamento de grãos em localização estratégica.
- Ampliação urgente da área alfandegada na ZPE.
- Restauração da hoje precária conexão rodoviária com a área já alfandegada da ZPE, segundo especificações padronizadas.
- Melhoria da infraestrutura viária interna e externa dos Distritos Industriais (DI).
- Aperfeiçoamento da administração da rede de abastecimento de água; coleta, transporte e tratamento de efluentes; transmissão de energia elétrica; direcionamento da malha de gás; transporte; e segurança dos DI.
- Recomendação à PGE das medidas necessárias à regularização dos terrenos localizados na margem do Anel Viário, em Maracanaú.
- Apoio e disponibilização da infraestrutura necessária aos DI de Guaiúba, Eusébio, São Gonçalo do Amarante, Limoeiro do Norte e outros.
- Utilização plena do Canal da Integração.
- Implantação de dessalinizadores para garantir segurança de abastecimento para a população de Fortaleza e cidades litorâneas.
- Construção de reservatórios necessários para aproveitamento da água de bacias livres.
- Fixação de classes de tarifas de acordo com uso da água diretamente proporcionais à segurança de abastecimento.

4. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

APONTADOS COMO REQUISITOS BÁSICOS PARA O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE, PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO AINDA PRECISAM SER MELHOR DIFUNDIDOS ENTRE AS EMPRESAS.

Além da mobilização e conscientização, cada vez mais a indústria necessita de mecanismos de apoio, como programas de financiamento mais acessíveis, infraestrutura adequada e incentivos tributários. Neste sentido, a Agenda da Indústria traz sugestões em pesquisa, desenvolvimento e inovação; Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), fibras óticas e cinturão digital.

- Criação do Programa de Inovação e Tecnologia do Ceará (Protece), com participação de instituições públicas, entidades patronais interessadas, empresas e organismos internacionais.
- Elaboração de plano estratégico de longo prazo em PD&I.
- Ampliação de investimentos em P&D e desburocratização do acesso a esses recursos.
- Criação e implantação do Sistema Cearense de Parques Tecnológicos, com apoio municipal, federal e da iniciativa privada, em parceria com instituições de ensino para hospedagem de empresas de base tecnológica e laboratórios.
- Instituição de incentivos fiscais para empresas instaladas em parques tecnológicos que implantem unidades de P&D.
- Utilização do Cinturão Digital como ferramenta para implantação de parques tecnológicos em regiões do estado onde possam ser criados ecossistemas formados por governo, setor produtivo e infraestrutura científico-tecnológica.
- Elaboração de programa de apoio a empresas, universidades e parques tecnológicos para captação de recursos divulgados por editais de inovação, fundos setoriais e financiamentos nacionais e internacionais.
- Incentivo à criação de incubadoras de empresas em centros de ensino e pesquisa na região metropolitana de Fortaleza e no interior.
- Articulação com autoridades municipais para eliminação da incidência de bitributação sobre as atividades de TICs e concessão de incentivos tributários.

5. Tributação

O BRASIL TEM UMA DAS MAIORES CARGAS TRIBUTÁRIAS ENTRE PAÍSES EM ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO SIMILAR. CONFORME APONTA O MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2013-2022, ELABORADO PELA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI), “UM SISTEMA TRIBUTÁRIO ONEROSO E COMPLEXO REDUZ A COMPETITIVIDADE E DESESTIMULA INVESTIMENTOS”. ALÉM DE INCIDIR SOBRE A PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, A ESTRUTURA TRIBUTÁRIA É COMPLEXA, RESULTANDO EM CUMULATIVIDADE DE TRIBUTOS.

O desafio é alcançar equilíbrio entre a necessidade de arrecadação e a manutenção de bom ambiente de negócios, evitando a imposição de custos excessivos às empresas. As sugestões do documento entregue ao governador indicam aplicações concretas, incidentes sobre dispositivos tributários passíveis de serem aperfeiçoados, com benefícios à sociedade de forma geral.

- Delegação da atribuição de cálculo da MVA (Margem de Valor Agregado) a ser adotada, diferente e representativamente, para cada atividade produtiva a ser incluída no regime da Substituição Tributária.
- Considerar, sempre que for estabelecida a MVA de um produto, o nível da margem fixada por outros estados para produtos similares.
- Autorização do ressarcimento, em dinheiro ou sob forma de crédito fiscal, da diferença do ICMS recolhido por substituição tributária, sempre que se comprovar que a base de cálculo presumida for superior ao efetivo preço de venda do produto.
- Compatibilização do prazo de recolhimento do tributo com o do ingresso da receita oriunda da ocorrência do fato gerador.
- Negociação entre os governos estadual e federal para criar uma sistemática regular de transferências dos créditos decorrentes da Lei Kandir, com repasse regular às empresas exportadoras, mediante calendário previamente definido.
- Concessão, à empresa exportadora, da opção de transferência dos créditos originados das suas importações a terceiras empresas, desde que fornecedoras de insumos ao seu processo produtivo, independentemente de procedimentos fiscalizatórios especiais.
- Isentar as empresas optantes pelo Simples Nacional do regime de antecipação do recolhimento de ICMS em todas as operações realizadas.
- Autorizar as empresas não optantes pelo Simples Nacional a se creditarem do ICMS incidente sobre os insumos utilizados nas mercadorias adquiridas de indústria.
- Optante pelo Simples Nacional, conforme Resolução CCGSN nº 94/11.
- Adotar a cobrança de ICMS em valores fixos para microempresas com receita bruta auferida no ano calendário anterior até o limite máximo de receita bruta anual, constante do Anexo I, conforme previsto no Art. 18, §18º, da Lei Complementar nº 123/06.
- Isenção da cobrança do ICMS dos produtos da cesta básica, conforme autorização constante da Lei Complementar nº 147/14.
- Ampliação da gama de segmentos industriais tributados por regime especial, mediante a aplicação de alíquota reduzida sobre o faturamento bruto.
- Redução das obrigações acessórias e a desvinculação das multas aplicáveis com o valor da mercadoria.
- Atuação conjunta com forças político-empresariais do estado para suspender a tramitação no STF da Proposta de Súmula Vinculante nº 69/2012.
- Adoção de política de preservação das empresas que enfrentam concorrência predatória por parte das similares beneficiárias de incentivos fiscais.
- Monitoramento das empresas incentivadas pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) quanto à obrigatoriedade de dar preferência às empresas locais na aquisição de seus insumos e materiais de embalagem.
- Ampliação das situações em que os produtos “*made in Ceará*” tenham preferência na aquisição pelos órgãos estaduais, quando competindo com similares produzidos em outros estados ou no exterior.
- Redução da alíquota do ICMS (17%) incidente sobre insumos ou materiais de embalagens produzidos localmente, quando adquiridos por empresas incentivadas ou exportadoras, nivelando-a com a alíquota (7%) contida nos concorrentes oriundos do Sudeste ou Sul do país, como também da própria região Nordeste (12%).
- Revisão da tributação do setor de confecções, de modo a reduzir a carga líquida devida nas operações de entrada de insumos.
- Desburocratização dos postos fiscais de fronteiras da Sefaz.
- Estabelecimento como regra da desoneração integral dos investimentos e das exportações, exceto nas aquisições fora do estado, de máquinas, aparelhos e equipamentos que tenham produção local.
- Cancelamento da exigência do oferecimento de garantia para fins de fruição de benefício fiscal, quando o crédito tributário estiver com a exigibilidade suspensa.
- Agilização da liberação das notas fiscais pela Sefaz nos postos de fronteiras.
- Revisão e elastecimento do prazo de cobrança do ICMS sobre a energia elétrica adquirida pelo setor produtivo no mercado livre.
- Participação permanente dos contribuintes na elaboração das normas tributárias pela Sefaz, em consultas às entidades de classe.
- Revisão, pelo estado, da alíquota do ICMS incidente sobre o milho importado de outros estados.
- Coibição à concorrência desleal de empresas sediadas em outros estados por meio de manobras tributárias. ■

Firme compromisso

POR ROBSON BRAGA
DE ANDRADE

A história brasileira mostra que, quando a indústria anda devagar, a economia emperra. Em contrapartida, sempre que os segmentos industriais se desenvolvem, o país tem uma expansão expressiva.

Com sua longa cadeia de fornecedores, o setor influencia o nível de atividade do comércio, dos serviços e da agropecuária, difundindo a prosperidade. Para que o Brasil avance, é crucial colocar a indústria no centro da estratégia econômica.

Nos últimos anos, iniciativas importantes foram adotadas para melhorar o cenário, mas os entraves são tantos que ainda há muito a fazer. Com base nas 42 propostas que a CNI entregou aos presidentes, em julho, o governo reeleito abriu o diálogo com o setor produtivo. Sob a coordenação da Casa

Civil, criamos grupos de trabalho para propor ações em oito áreas: rodovias e ferrovias, desburocratização e custo do investimento, comércio exterior, energia, inovação, portos, compras governamentais, e mobilidade urbana.

Certamente, o esforço resultará em medidas em favor da competitividade da economia. Mas a tarefa de remover os obstáculos ao crescimento deve ser permanente. Precisamos elevar a produtividade, adequar o sistema tributário, prover educação de qualidade, participar das cadeias globais de valor, fortalecer as instituições e a segurança jurídica, modernizar a infraestrutura e atualizar as relações de trabalho.

Os ajustes na política econômica em 2015 podem ajudar a recuperar a confiança e os investimentos. As projeções são de que o desempenho final ainda ficará aquém do desejado. Mas a expectativa é de que medidas futuras preparem o terreno para a volta do crescimento mais vigoroso a partir de 2016. O firme compromisso, no governo e no setor produtivo, deve ser com o aumento da competitividade e o pleno desenvolvimento do país. ■

■ ROBSON BRAGA DE ANDRADE É PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI).



JOSE PAULO LACERDA / CNI



Sabor e Sustentabilidade levam o S da Serlares.

A Serlares é a pioneira no quesito alimentação corporativa no modelo self-service no Estado, são mais de 40 anos levando sabor e qualidade de vida para médias e grandes empresas no Ceará e Rio Grande do Norte.

Entendemos que a refeição do colaborador é muito mais do que alimentação, também é um momento de pausa na rotina que está associado ao prazer, conversa com amigos e a saúde.

Oferecemos aos nossos clientes uma alimentação segura e saudável com cardápios variados e personalizados. Tudo isso em restaurantes atestados pelo Programa Alimento Seguro, em ambientes modernos e aconchegantes para promover ótimos momentos de integração.



SERLARES
Aqui se trabalha com gosto.

Telefone: (85) 3031.8450 | www.serlares.com.br
Av. Benjamim Brasil, 1685 - SI 23 e 26 | Mondubim - Fortaleza/CE

Novos promissores caminhos para o desenvolvimento sustentável do Ceará

No ano em que festejou 95 anos de atividades, o Centro Industrial do Ceará (CIC), sob o comando de José Dias de Vasconcelos Filho, buscou, em 2014, descortinar novos e promissores caminhos que conduzam ao desenvolvimento sustentável do estado.

Em apenas oito meses de gestão, promoveu discussão com a sociedade sobre os grandes temas da atualidade. Usina de ideias, o CIC prossegue na linha crítico-propositiva, apresentando, em parceria com a FIEC e outras entidades de representação empresarial, iniciativas que possibilitem o crescimento socioeconômico do Ceará. Para abrir o leque de discussões sobre o estado, recebeu o então governador Cid Gomes, que fez prestação de contas de sua gestão aos industriais cearense, e falou sobre os projetos que estavam sendo realizados e as perspectivas de longo prazo. Em seguida, o prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, falou sobre mobilidade urbana e infraestrutura.

Trabalhar as políticas empresariais e institucionais, agregando o comércio e a indústria, a fim de fortalecer a economia



Na campanha, o hoje governador Camilo Santana defendeu propostas para o Ceará. Na mesa, o então presidente da FIEC, Roberto Macêdo, e o presidente do CIC, José Dias.



Prefeito Roberto Cláudio, com os presidentes da FIEC e do CIC, Beto Studart e José Dias, respectivamente, fala aos empresários sobre mobilidade urbana e infraestrutura.

do Ceará. É a proposta do programa “Almoço com o Presidente”, sempre às quintas-feiras, quando empresários e dirigentes classistas tiveram a oportunidade de defender projetos voltados para as suas respectivas entidades. “A participação da indústria no cenário nacional tem caído muito, em todo o Brasil. E no caso do Ceará, que é um estado pobre, é preciso um olhar mais atento. Caso contrário, a gente vai perder todas as indústrias, pois a cada dia é uma dificuldade, a carga tributária é muito pesada, a concorrência é desleal”, alerta José Dias.

Em ano de eleições gerais no Brasil, o Centro Industrial realizou encontros com todos os candidatos ao Governo do Estado e ao Senado, oportunidade em que eles defenderam suas propostas de campanha. “É tradição da entidade em realizar esse tipo de encontro político como forma de contribuir para a discussão de planos de governo e ações

políticas”, afirma o presidente do CIC. Nesta linha, a entidade foi além: recebeu a então candidata à Presidência da República, Marina Silva (PSB/Rede Sustentabilidade); o ministro do Trabalho, Manoel Dias; e o deputado federal Paulo Paim (PT-RS). Para este ano, o Centro Industrial vai ampliar a discussão sobre temas nacionais e regionais, sempre com foco no desenvolvimento sustentável do Ceará.



Presidente do CIC recebe o ministro do Trabalho, Manoel Dias, que falou para representantes do setor produtivo.



DURAMETAL

TAMBORES DE FREIO | CUBOS DE RODA | DISCOS DE FREIO

A DURAMETAL é uma soma de tradição,
tecnologia e altíssima qualidade.



Tambores de Freio | Discos de Freio | Cubos de Roda

Atualmente com produção anual de 100 mil toneladas de tambores de freio, cubos de rodas e discos de freios, assegura-se como líder no mercado brasileiro do setor, possibilitando o fornecimento para os principais distribuidores de autopeças e montadoras de veículos do país.

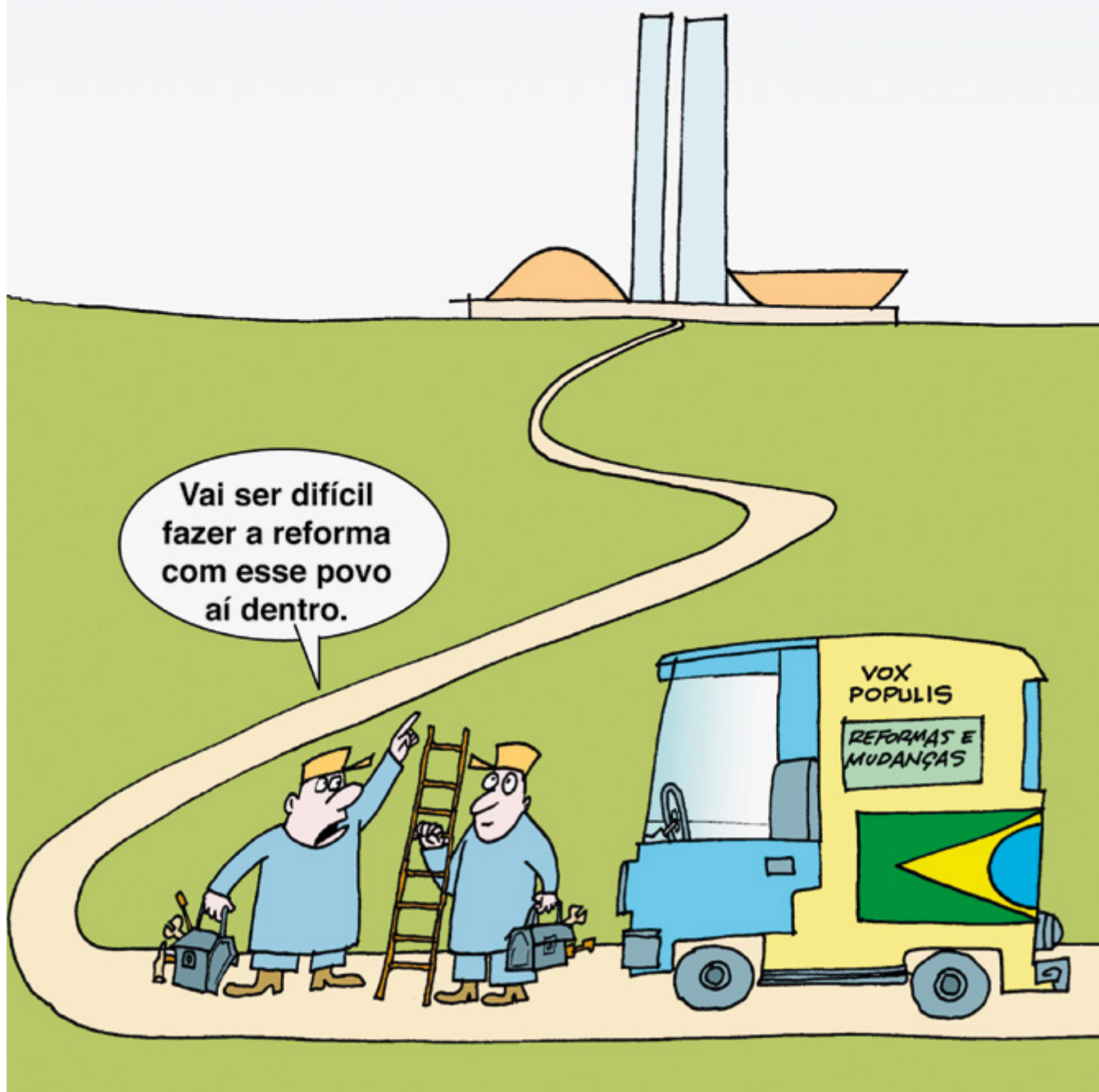
A Durametal é uma soma de tradição, tecnologia e altíssima qualidade.



EMPRESA ASSOCIADA AO GRUPO

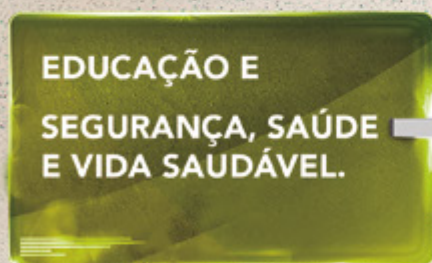
GIE Automotive

www.durametal.com.br



A MELHOR ESTRATÉGIA QUE SUA EMPRESA PODE ADOTAR É CUIDAR BEM DE SEUS COLABORADORES.

O SESI oferece soluções para as indústrias nas áreas de *Educação e Segurança, Saúde e Vida Saudável* que visam promover o bem-estar dos colaboradores por meio de um ambiente de trabalho seguro e estimulando a busca por conhecimento e qualidade de vida.



85 4009.6300



centralderelacionamento@sfiac.org.br



www.sesi-ce.org.br



/sesiceara



/sesi_ceara

SENAI: O IMPACTO QUE SUA INDÚSTRIA PRECISA PARA SER MAIS FORTE.

O SENAI acompanha a evolução da indústria cearense investindo em soluções nas áreas de *Educação Profissional e Inovação e Tecnologia* para as empresas alcançarem os melhores resultados.

EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E
INOVAÇÃO
E TECNOLOGIA.



SENAI



Sistema FIEC